

**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DELIBERATIVO
DO DIA 26 DE SETEMBRO DE 2019
YACHT CLUBE DA BAHIA**

Degração: 10 minutos

Presidente: "Conselheiros, algum dos presentes deixou de assinar o livro? Todos assinaram?"

[Vozes ao fundo inaudíveis]

Presidente: "Bom, vamos dar início à reunião do Conselho Deliberativo de acordo com o que determina o artigo 46, inciso 1º do Estatuto Social, sendo convocados os Senhores Conselheiros para Reunião Ordinária a ser realizada hoje, 26 de setembro, na quinta-feira, às 19h30, em primeira convocação e 20 horas, em segunda convocação para deliberar a seguinte a ordem do dia: Obrigação estatutária, discutir e julgar o relatório e a prestação de contas da diretoria, relativa ao exercício do 2018/2019. O segundo item seria, como é uma Reunião Ordinária, o que ocorrer. Eu solicito ao Presidente da Câmara de Finanças. Ah, desculpe, tem comunicações aqui da Secretaria".

Secretário: "Boa noite, Senhores Conselheiros. Primeiramente, acho que todos receberam a ata da sessão anterior e não houve manifestação de discordância de algum ponto, então presidente, coloque em votação para saber se está aprovado ou não".

Presidente: "Alguma observação de algum Conselheiro sobre a ata distribuída? Aqueles que tiverem de acordo com a ata, permaneçam como estão. Aprovada".

Secretário: "Eu, na confecção da ata tive uma dificuldade que, às vezes, os apartes não identificam as pessoas. Então, eu pediria que antes de qualquer palavra, é importante cada um pegar o microfone e dizer. Ok, bom, tivemos uma convocação, pedido de justificativa de ausência, os Conselheiros Antônio Sabaki e Geraldo Magalhães e foram devidamente convocados para reunião. Bruno Moraes e Adriano Ahringsmann, acho que é isso. (Risos) Ele tá perguntado se eu pronunciei certo. Presidente, eu acho que são essas... ah, tem a comunicação Comodoro Marcelo Gama Lobo solicitou a presença dos Diretores, Maurício Amoedo Stern, Vice-comodoro Social e Diretor Financeiro, Evandro Balthazar da Silveira, Vice-comodoro de Esportes, Francisco Coni Pedreira Brandão, Administrativo, José Joaquim Lopes de Brito Filho, Obras e Patrimônio, Erevan Jerzy Souza Silva, Bar e Restaurante. Eu acho que é só presidente, pode seguir sua".

Presidente: "Bom, eu solicito ao Conselheiro Baldomero que, se pronuncie sobre a Câmara de Finanças em relação às contas do período 2018/2019".

Baldomero: "Boa noite a todos. Eu só queria pegar agora o relatório com Jorge, mas antes que o relatório chegue, eu quero fazer uma explanação do desenvolvimento desse material e como a gente conseguiu produzi-lo, num tempo tão exíguo. Isso demanda um esforço muito grande e eu quero fazer um agradecimento aqui, pessoal, a John Brusell, a Paulo que, foram pessoas que se dedicaram aqui, vieram aqui para ajudar. Eu fiz também alguns convites, por

telefone, pra Marconi, fiz pra Ângelo, pra Paulo perguntando se tinha alguma contribuição para poder agregar ao material que estava sendo produzido. O fato é que, no espaço de tempo curto, nós não tivemos o material necessário para um exame detalhado e mínimo que, pudesse dar o maior embasamento possível a vocês. O que está sendo feito ali, é uma análise mais simples e mais encaminhamento de propostas para correções, porque isso não é da agora. Esse clube vem com um atraso permanente nas suas apresentações econômicas. Eu venho falando em reuniões passadas do quanto a gente é carente de receber informações e isso aconteceu agora, nós fomos pra uma reunião a onde a gente não teve nem relatório de auditoria, nem relatório do Conselho Fiscal, nem os Analíticos e isso tudo, foi mandado para a posteriori, isso demandou, inclusive, atraso para todos os Conselheiros. Eu acredito que, isso dificultou a todos terem o mínimo de embasamento para tá nessa sessão. A sessão de hoje, eu acho, extremamente prejudicada. Eu queria até que as pessoas se pronunciassem porque eu vi muita reclamação pelo Zap do *time* do recebimento do material e se tiveram a mínima condição de dar uma analisada para que, a gente tenha condição de discutir a matéria aqui hoje. Jorge, eu preciso do relatório”.

[vozes ao fundo inaudíveis]

Presidente: “Conselheiro Baldomero”.

Baldomero: “Pois não”.

Presidente: “Talvez em função, desses atrasos ocorridos na apresentação de dados e informações à Câmara de Finanças, o relatório também tenha chegado hoje, o que fere o Regimento e efetivamente, não há a menor condição de nós analisarmos as contas, discutirmos as contas, aprovarmos o parecer ou não aprovarmos o parecer, aprovarmos as contas ou não aprovarmos as contas. Eu gostaria de ouvir os conselheiros, que algum desejar se manifestar, porque efetivamente, desta forma, a apresentação da Câmara de Finanças está prejudicada, por não ter sido dado conhecimento aos conselheiros. Eu estava viajando, efetivamente, mas acompanhei, perguntado se já tinha chegado, se já tinha chegado e não ocorreu isso. Então, a reunião está se realizando cumprindo o Estatuto no prazo do mês de setembro, previsto estatutariamente, agora, nós não temos a menor condição de colocar isso... Eu, não me sinto a vontade de colocar em votação esse assunto”.

Baldomero: “Eu gostaria de ouvir também os vários Conselheiros sobre esse assunto”.

Secretário: “Conselheiro André Sá”.

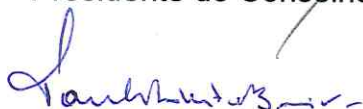
André Sá: “Presidente, eu, particularmente, também não me sinto confortável. Essa é uma temática que, é de interesse pessoal meu, minha área de atuação, e efetivamente, senti falta dos dois pareceres para poder complementar a análise. Então, a análise não ficou, integralmente, realizada e não me sinto confortável nem um pouco de prosseguir aqui, com nenhum processo de votação, numa temática que, tem uma relevância de uma grandeza que exige esse tipo de complementaridade”.

[vozes ao fundo inaudíveis]

Presidente: “Nós, inclusive, criamos, recriamos a comissão, a Câmara de Finanças, exatamente, para que fosse feito um acompanhamento

trimestralmente, sequencialmente semestral até que se chegasse à conclusão final na reunião anual, já com informações sequenciais do conhecimento de todos e inclusive, da própria Câmara. Então, isso não ocorreu, não vinha ocorrendo porque também, a Câmara não estava instalada. Mas ela se instalou. Paciência! Tinha que ter um prazo pra ter o relatório da auditoria, os dados contábeis apresentados à Câmara, da contabilidade do clube. Então, eu não sinto, sinceramente, a vontade de colocar em julgamento as contas do período 2018/2019. A minha posição é manter o Conselho em convocação permanente, isso compete a mim fazê-lo, até que, num prazo de oito dias antes da nova reunião, a Câmara de Finanças aí, nós podíamos dá 10, 15 dias, traga um relatório que, ela julgue conveniente com a participação de todos os seus membros. Votos podem ser contrários nesse ou naquele ponto, mas tem que ter uma reunião da Câmara de Finanças organizada e com a aprovação ou não das contas. Então, eu suspendo a reunião. A reunião está convocada, o Conselho está convocado, em caráter permanente, para fazer cumprir o estatuto e num prazo máximo de 15 dias, aí contando Baldomero. Atenção! Dentro desses 15 dias, oito dias para você entregar ao Conselho o relatório. Encerrada a sessão.

Mario de Paula Guimarães Gordilho
Presidente do Conselho Deliberativo



Paulo Roberto Brugni Nunes
Secretário do Conselho

**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DELIBERATIVO
DO DIA 21 DE OUTUBRO DE 2019
YACHT CLUBE DA BAHIA**

Degração: 2h16minutos

Presidente: Dando prosseguimento a reunião do Conselho Deliberativo convocada para o dia 26 de setembro 2019. Prosseguindo, a sessão foi interrompida e nós ficamos em caráter permanente convocados e hoje estamos realizando a complementação da reunião prevista para 26 de setembro 2019 para analisar o relatório e a prestação de contas da diretoria relativa ao exercício 2018/2019.

Passo a palavra ao secretário para as comunicações de praxe.

Secretário: Pedir aos conselheiros que ainda não assinaram a lista que, o façam e por favor que identifique na primeira linha com o nome correto que a gente tem feito o controle e algumas pessoas assinam ou coloca o nome que às vezes não fica legível. Edital de convocação. De acordo com o que determina o artigo 46 inciso 1º do Estatuto Social ficam os senhores os senhores membros do Conselho Deliberativo convocados para continuação da reunião ordinária a ser realizada no dia 21 de outubro de 2019, segunda-feira, às 19h30 em primeira convocação e às 20 horas em segunda convocação, observando a seguinte ordem do dia:

1 - Continuação da reunião ordinária iniciada em 26 de setembro de 2019. Salvador, 10 de outubro 2019, Mário de Paula Guimarães Gordilho, presidente do conselho. Tem a comunicação da diretoria do Comodoro que, pede vem o senhor, Mário de Paula Guimarães Gordilho, MD. Presidente do Conselho Deliberativo venho solicitar ao presidente, em exercício, do Conselho, conforme artigo 41 do Estatuto Social a participação dos seguintes diretores e os Vice-comodoros na reunião extraordinária a ser realizada em 21 de outubro de 2019. Maurício Amoedo Stern, Vice-Comodoro Social e Diretor Financeiro, Evandro Balthazar da Silveira, Vice-Comodoro de Esportes, Francisco Cone Pedreira Brandão, Diretor Administrativo, José Joaquim Lopes de Brito Filho, Obras e Patrimônio e Erevan Jerzy Souza Silva, Bar e Restaurante justificativa, comunicação de ausência temos aqui Mário Saback, Ex-Comodoro Marcelo Sacramento, comunicação de ausência Bruno Moraes problema com a filha dele que parece que tá internada. Que esse aqui mais? Não. Ok, seguindo creio que podemos dar seguimento, como dar a palavra para iniciar sessão.

Conselheira Renata Bandeira: "Em relação a ausência dos conselheiros das reuniões das câmaras e pelo menos na câmara da qual eu faço parte eu vejo que alguns Conselheiros tem faltado, a pelo menos três ou quatro últimas reuniões e tem uma previsão no artigo 10º do referido Regimento que diz: 'que perderá automaticamente o mandato o conselheiro que no período de um ano deixar de comparecer à três reuniões consecutivas da câmara a que pertença,

salva enfermidade devidamente comprovada ou estiver licenciado, exceção dos conselheiros natos'. Entendo que automaticamente não precise de deliberação da mesa diretora".

Presidente: "Conselheira, nós estamos inclusive analisando o passado recente das reuniões do Conselho para fazer uma verificação mais precisa, Medrado solicitou isso, mas ainda não se conseguiu chegar efetivamente, até, às vezes, pela assinatura do livro, então tá se fazendo um levantamento completo, eu pergunto ao conselho se é um momento de uma reunião decisiva de nós impedimos a participação de um conselheiro pelas faltas corretas até pela, pelo Regimento de não estarem presentes em uma determinada ou uma série de reuniões. Não sei, eu não gostaria de agora caçar o mandato de um conselheiro, eu pessoalmente, não sei o que é que o conselho, eu vou colocar esse assunto aproveito a oportunidade e coloco até em votação esse assunto para a gente definir agora porque eu não quero ter a responsabilidade de cortar o mandato de um conselheiro por falta em reuniões. Às vezes, não presta atenção, não leu o estatuto direito, não leu o Regimento e deveria se chamar atenção. Eu acho que complete também a secretaria do Conselho avisar ao conselheiro olha você tá com duas faltas, se tiver com mais uma falta você perde o mandato. Isso eu fiz na minha primeira gestão aqui com o presidente do conselho, acho que a gente tem que ajudar, porque as pessoas, às vezes, não estão ligadas no assunto. Eu pergunto aos conselheiros, aqueles que quiserem, que acharam que nós devemos cassar agora o mandato do conselheiro por falta caracterizada, por falta caracterizada na presença reuniões da câmara mantenham-se como estão. Então quem quer cassar o mandato do conselheiro permaneça sentado. Quem quer cassar, fique sentado. Por favor secretário, conte os votos".

Conselheira Renata Bandeira: "Eu só acho que é uma falta de respeito com os demais conselheiros que recebe as mesmas comunicações se fazem presentes e assim não é uma vez ou duas, são várias ou então nenhuma, as que, as que existiram esse ano. Então é só isso, fica então minha moção de desagravo a esse tipo de comportamento porque eu faço das tripas coração para participar de todas reuniões, tenho dois filhos com idade escolar abaixo de 12 anos e tô presente em todas as reuniões".

Presidente: "Ok, conselheira. Então o resultado da votação foi?"

Secretário: "Doze conselheiros ficaram contrários a cassação".

Presidente: "E quantos favoráveis".

Secretário: "Um, dois, três... Vinte e dois".

Presidente: "Então, conselheira, quem é o conselheiro que não tem participado da reunião?"

Conselheira Renata Bandeira: "Eu estou falando da minha câmara, não sei as demais".

Presidente: "A única colocação aqui foi da sua câmara".

Conselheira Renata Bandeira: "Tontá".

Presidente: "Então conselheiro Tontá. O conselho acaba e cassar o seu mandato de Conselheiro por faltas, reiteradas as reuniões infringindo o Regimento Interno".

Conselheiro Antonio Carlos Veloso: “Eu gostaria do microfone, por favor. Boa noite, realmente, eu faltei, mas de caráter extremamente profissional, não sei se você sabe, que sou médico, anestesista. Eu não vou abandonar um doente na mesa para vim para reunião, então vocês têm que ter um pouco de esclarecimento e sensatez. Outra coisa, eu mandei e-mail para o Dr. Mário Gordilho. A conselheira que está junto de você”.

Conselheira Luciane Kelsch: “Eu recebi uma comunicação sua”.

Conselheiro Antonio Carlos Veloso: “Você recebeu? E você, você me viu a hora que eu saio do hospital”.

Conselheira Luciane Kelsch: “Deixa eu falar uma coisa com o senhor. Essa questão foi levantada agora, não foi nem por mim. Foi por Renata que faz parte. Foi comunicado quatro reuniões, as três últimas que não compareceu, a primeira eu tenho, inclusive, encontrei com o senhor no hospital e me disse que não poderia vim”.

Conselheira Luciane Kelsch: “Que horas eram?”

Voz feminina: “Devia ser uma seis e tanto, sete horas da noite”.

Conselheiro Antonio Carlos Veloso: “Não, não. 8h30 para 9 horas da noite”.

Voz feminina: “Eu não saio esse horário de casa”.

Conselheiro Antonio Carlos Veloso: “Ah então deve ter sido alguma pessoa muito parecida com você. Olhe Mário, eu não quero redundância não. Se eu fui colocado para fora, o termo é esse. São mais de 12 anos de Conselheiro ou mais, tem problema Mário. Certo? Farei uma carta para você falando tudo e eu vou me ausentar da reunião porque eu já não estou fazendo nada aqui. Agradeço a todos, as amizades que eu fiz e muito obrigado”.

Voz masculina: “Senhor presidente, eu gostaria aqui, eu até tinha conversado com Tontá antes da reunião, tinha conversando com alguns conselheiros. O problema é o seguinte nós temos de seguir o estatuto e o Regimento e em relação ao estatuto e o próprio Regimento fala da mesma forma, a gente aqui já teve situações começa de Fernandinho Kelsch que perdeu também o mandato e o estatuto, né? É o seguinte o parágrafo 2º do artigo 40: ‘Perderá automaticamente o mandato Conselheiro que deixar de comparecer a três reuniões consecutivas ou quatro intercaladas do conselho, salvo enfermidade devidamente comprovada’. Essa é a letra fria do estatuto então, por exemplo, Fred ele é juiz, ele pode tá na audiência, eu sou advogado posso tá na audiência, o outro é médico pode estar em outra situação, o estatuto não prevê essa exceção. A praxe aqui é errada né e não vai fazer o direito é que a maioria dos conselheiros se sentem desobrigadas a vim para a reunião com a simples comunicação porque não leem o estatuto. Então aqui tem sempre a defesa do estatuto que todo mundo sempre fala isso aqui então é isso que eu quero colocar. Então vai estar sendo feita a pedido do Conselheiro Medrado, que inclusive colocou no conselho virtual também apuração de quem faltou três consecutivos ou quatro no mandato das reuniões do Conselho Deliberativo, sem a justificativa prevista no estatuto. Isso para quem quer que seja e a gente tem que ter consciência ou muda o estatuto. Ou munda o estatuto, a ele pode pedir uma licença de 30 dias, tem a previsão também ou se muda o estatuto, era só isso, senhor presidente”.

Presidente: “Jhonny. Flávio pediu a palavra? Eu só vi Flávio, mas fique a vontade”

Jhonny: “Eu queria dizer apenas o seguinte. Concordo com tudo o que você falou da atitude da mesa, acho apenas que como foi uma coisa que apareceu de repente, a gente deveria ter o cuidado em primeiro lugar de examinar. Alguém tem que levantar, quais foram as faltas que ele realmente teve, porque a gente está apenas numa palavra. Olha o cara eu vi que faltou. Precisa de uma relação da câmara dizendo, comunicando a mesa que o conselheiro tal faltou por três vezes consecutivas, nos dias, tais, tais e tais. Para que o conselho então tome essa medida, que tomou, posterior, e não hoje com o sujeito sentado aqui, num constrangimento que eu acho que não é necessário. Então, eu recomendaria que essa atitude seja tomada depois da conferência da mesa, se houve realmente o fato das faltas”.

Presidente: “Jhonny, foi colocado pela conselheira, Você é a presidente da sua câmara? Os dois presentes, a presidente e a vice-presidente, uma infringência ao estatuto, então eu não quis tomar. Eu sou eu sou amigo de Tontá de longa data, é para mim é um constrangimento muito grande e eu quis dividir essa responsabilidade, que eu poderia ter adotada imediatamente com a denúncia, infringiu o estatuto. Tontá sinto muito, mas eu não quis fazer isso em respeito a uma consideração que eu tenho por ele. Acho que era uma medida, é uma medida que seria muito intransigente da minha parte porque existem várias faltas aí que nós não sabemos ainda. Medrado levantou o assunto. Eu já tinha pedido, essa mudança de gestão, com a saída de Antônio, vários controles não estão sendo encontrados. Para não fazer uma injustiça, eu estou pedindo um levantamento das faltas efetivas do Conselho. Agora nós temos um fato diagnóstico e caracterizado, sem saída. Não sei outros, quantos tem aqui. Podem ter mais. Possivelmente podem ter mais, então eu sugeriria ao conselheiro Tontá, que depois fizesse um pedido de reconsideração ao conselho com as justificativas e com os levantamentos que posteriormente nós vamos fazer. O conselho pode sofrer um baque aí de vários conselheiros”.

Conselheira Renata Bandeira: “Veja bem Mário, eu queria deixar registrado que eu não tenho absolutamente nada contra Tontá, ele é amigo do meu pai, só que eu tenho uma escola que vem, de quem trabalha com direito né? Sabe que a lei tem que ser aplicada, independente de amizades, pelo menos a minha máxima é essa. Eu acho que a justiça, justiça e regra é regra e tem me incomodado muito, eu fazer as tripas coração para estar aqui nas reuniões, para as quais eu fui convocada, que foram várias e vê que não existe nem uma solidariedade com o colega do Conselho, com parceiros, com amigo de prestar uma satisfação, não vou por tal motivo, não vou porque tenho compromisso tal, tô doente, meu filho tá qualquer coisa que seja e eu acho que a gente tem que fazer a coisa ser séria. Estamos tomando decisões muito sérias do Yacht Clube da Bahia, se a regra for cumprida, as coisas que ficam mais bem registradas, para o futuro, inclusive. Então essa é minha escola, me perdoe a quem foi atingido, não tem a ver com a pessoa, tem a ver com uma situação, eu sinto muito que tenha sido ele, poderia ser qualquer outra pessoa, mas enfim”.

Voz masculina: “Na mesma linha uma outra questão de ordem, que ela também é importante diz respeito à condução da ordem da reunião também eu acho que nós temos aqui nas eleições do Conselho, eleição da mesa, nós temos aqui uma liturgia para a escolha das câmaras, dos componentes das câmaras, que são feitas de forma formal é liberada por todos, né? E feito julgamento, eleitos presidentes e tudo mais, desta forma, eu acredito que as câmaras não estão sendo divulgadas, compostas, nem por esta mesa, informadas a respeito das suas composições, depois que elas são estabelecidas então nesta linha, eu gostaria também de fazer o meu registro com relação a Câmara de Finanças, a qual para minha surpresa está sendo compostas, enxertadas, né? Por nada a ver com os conselheiros, com nada formal a respeito do assunto conduzido por esta mesa, quando estabelece as câmaras a criação delas e as suas composições, então fica aqui tá um registro também, que pelo mesmo motivo eu acho que deve ser considerada essa minha questão de ordem na formação da Câmara de Finanças”.

Voz masculina: “Houve, inclusive, a definição da mesa, por escrito, proibindo e dizendo que não mais ocorreria mudanças de conselheiros de uma câmara para outra, a partir da sua formação. Tá ai escrito, pode procurar aí por dentro”.

Voz masculina: “O meu caso hoje, por exemplo, acabei de passar uma comunicação ao secretário, onde eu fui convocado, para duas últimas reuniões, não recebi nenhuma comunicação porque o meu e-mail estava trocado. Então duas reuniões que eu faltei de conselho, eu não costumo faltar. Quem me conhece sabe e fui obrigado hoje a fazer, porque recebi uma comunicação da secretária, por WhatsApp, e consertamos o e-mail. Vários casos devem ter acontecido assim, eu fico triste de ver um colega de muito tempo no conselho, sofrer uma, eu não sei nem o termo, um constrangimento porque se fosse eu, já tinha levantado Mário”.

Voz masculina: “Respondendo aqui a Marconi e ao Conselheiro Carlos Luz e ao Comodoro e Conselheiro vitalício Marcelo Kruschewsky é o seguinte: Primeiro Marconi, é de praxe, essa situação não é nova, ela sempre ocorreu aqui no clube, depois da criação das câmaras, depois essa movimentação ela sempre foi feita livremente, Johnny tá aqui de prova e todos os conselheiros aqui de prova, sempre foi assim, para evitar o casuísmo esta mesa, inclusive, colocou é o que Marcelo Kruschewsky está falando para regulamentar isso. O que foi que a mesa colocou, olhe já estando marcada uma sessão de qualquer câmara não vai poder mais, depois de marcada a sessão haverá mudança. Então, isso não ocorreu mais e não vai ocorrer, não é que é formada as câmaras elas são imutáveis, não. Não existe essa previsão no estatuto, ela sempre houve modificação em todas as gestões, sempre houve. E aqui, acho que ninguém pode negar isso e o que está escrito, né? Foi exatamente isso e isso não está sendo seguido. Em relação ao Conselheiro Carlos Luz, eu quero dizer o seguinte; efetivamente os conselheiros suplentes, os conselheiros suplentes que sejam convocados não observado antecedência de oito dias não levaram falta porque eles têm de ser convocados e vir com 8 dias como todos os conselheiros, então ele, não é possível que um conselheiro titular, avise a mesa que não poderá vir na véspera ou 24 horas ou 48 horas e o conselheiro substituto tenha

que estar aqui presente, não, ele terá só terá falta e estou esclarecendo bem se esta comunicação ocorreu dentro de 8 dias, se ele, mesmo comunicado com menos de 8 dias se fizer presente será lógico, ele não sofrerá a punição da falta para efeito de perda do mandato. Ponto. E eu quero dizer a mesma coisa, que os outros já disseram até porque Renata na hora nem disse quem era o conselheiro antes de voltar. Nós voltamos aqui primeiro em tese, depois que foi revelado o nome da pessoa, então Tontá tem todo meu com relação a isso a única que eu não sabia dessas reuniões de câmaras. A única coisa que eu estou, a mesa está fazendo levantamento, é das reuniões do Conselho. Então espero ter respondido e acho que não havendo mais ninguém que queria falar sobre isso”.

Voz masculina: “Eu queria complementar ...”

Conselheiro Antonio Carlos Veloso: “Um momento que eu tô com microfone e eu fui o ofendido. São mais de 12 anos que eu sou Conselheiro, foi presidente da Câmara de Esportes durante duas gestões ou coisa igual, consegui botar essa placa em baixo, depois de dois anos de luta, eu sou médico, anestesista profissional, eu sei a hora de entrar no hospital, não sei a hora de sair, infelizmente, vocês não, não sabe o que é isso, não sabe que isso, mas já que atitude foi tomada espero que tenham uma apuração rigorosa, porque eu mandei justificativas. Eu mandei. Mário me conhece, Eduardo me conhece de longas datas e eu só quero agora agradecer a vocês as amizades boas que eu fiz aqui, amizades fraternais e que eu estou inteira disposição de vocês fora desse ambiente e agora eu preciso me retirar. Boa noite, muito obrigado”.

Voz masculina: “Dra. Renata você tá correndo, amanhã é outro dia, muito obrigado”.

Presidente: “Conselheiros eu queria, Seu Carlos Luz, eu gostaria de só para lembrar a todos os conselheiros que é também do estatuto, que todos os conselheiros, não tô dizendo que foi seu caso, deve manter atualizado os seus cadastros de como sócio do Clube, se por acaso um e-mail foi mudado a gente deve comunicar, só um minutinho, e o senhor, eu vi os e-mails que você mandou no dia 30 de agosto e o senhor comunicava que tinha recebido a comunicação de tinha sido efetivado conselheiro efetivo por conta da coisa. Então a partir daí se o e-mail houve que não foi comunicado, houve uma falha nossa e também da sua parte”.

Voz masculina: “Eu acho que nesse caso específico é insolúvel, ele não vai vir, provavelmente, muitas vezes. Então, lógico é mudar o estatuto ou o regimento dizendo que a justificativa de tal forma é considerada, porque, pelo que ele disse, entra e não tem hora de sair. Não é justificativa para ser relevada, no estatuto de gente então para aceitar isso, muda o estatuto, senão vai continuar o mesmo problema para qualquer um, que vá justificar que vá trabalhar, etc. Eu não duvido da justificativas, agora elas têm que ter cobertura estatutária, se não quer exercer o estatuto. Vamos mudar o estatuto. Agora, fazer uma reunião e relevar, não é correta porque bate de frente com o estatuto. É minha opinião”.

Voz masculina: “Nas câmaras também está dito lá, que elas são demandadas pela mesa diretora”.

Presidente: “Não, não. As câmaras podem ser convocadas pelos presidentes também. Um minutinho, o conselheiro Marcelo Sacramento solicitou que eu

intervissem na Câmara, pedindo para gravar a reunião. Eu não me manifestei, isso é um problema dos presidentes da câmara e das câmaras. Resolvam seu problema lá, aqui é gravada, que a minha responsabilidade. Eu não tenho responsabilidade pelas câmaras, do que elas fazem, dos pareceres. Eu nunca fui a reunião nenhuma, nunca interferi em parecer nenhum. Então não tenho responsabilidade sobre os problemas das câmaras não”.

Voz masculina: “A deliberação do Conselho é sempre tida, após ouvir as câmaras, está dito isso no estatuto. Então, se ouvir das câmaras, a meu ver existe uma responsabilidade sim da mesa diretora com relação a este assunto. É uma questão de opinião Mário. É como outro diz, é a minha opinião e eu respeito e tem que respeitar, como eu respeito a sua. Outra coisa, é também como dizer que sempre aconteceu e agora vai continuar acontecendo. Eu não conheço, isso sempre aconteceu, não tenho essa notícia, viu Coutinho? Infelizmente é o que você está dizendo, mas eu não tenho essa notícia”.

Presidente: “Vamos. Conselheiro”.

Flávio Bernardo da Silva: “Boa noite a todos, eu estou alguns anos no conselho. Para mim é uma honra, sempre gostei de estar participando. Sempre gostei de estar aqui em contato com todos os conselheiros, porque era uma maneira inclusive de viver os problemas do clube encarado por cada um, eu nunca vi isso aqui, pelo menos, enquanto eu estou aqui. Eu nunca vi, mas se está falando em estatuto, em lei, em cumprimento de estatuto, quem primeiro pediu a palavra foi eu e tá vindo agora. Por que que não seguiu, então? Por ordem, mas deixemos isso de lado. Eu simplesmente, estou estarecido. Daqui de presente, eu já vi vários que faltaram não sei se duas ou três ou quatro vezes, era costume nosso ligar até para o gerente e dizer: ‘Olha eu não vou hoje porque eu não cheguei, eu tô chegando, eu tô viajando e era válido, e era válido, mas é que se é para colocar em ordem, vai-se consertar o que não tava quebrado, eu peço para me retirar do Conselho em solidariedade ao que eu assisti hoje aqui, me desculpa em todos”.

Presidente: “Bem, passado este momento. Vamos dar início, Gonçalves você tinha me pedido a palavra antes de iniciar a reunião. Gonçalves pediu primeiro por favor.

Manoel Gonçalves: Prezados conselheiros eu pedi o presidente o uso da palavra inicialmente. Lamento não ter tido oportunidade, realmente, de ter sido o primeiro, que o assunto que me faz pedir a palavra nada mais é do que um agradecimento a todos esse conselho, a presidência e a mesa diretora e de forma especial a todos que se fizeram presente e não especial aos que se solidarizaram, por meio de via social, ou por telefonema, por causa do falecimento de meu pai que foi Vice-Comodoro por duas oportunidades dessa casa e coincidentemente nos mandatos de Eraldo Gama Lobo, pai do nosso atual Conselheiro que quis o destino que meu primeiro mandato como conselheiro ocorresse nessa nova diretoria. Então, mais uma vez expressar não só esse conselho, seus membros o agradecimento de toda nossa família, mas também a diretoria que nos prestou significativa homenagem e aqueles mais uma vez, que me abraçaram, pessoalmente, muito grato”.

Presidente: “Registrado. Pode falar”.

Antônio Granjo Filho: “Presidente, eu agradeço a palavra. Eu queria antes de eu ler aqui uma nota de esclarecimento, primeiro eu queria dizer a vocês todos que hoje nesses quatro anos de Gestão na minha diretoria, hoje tá sendo o segundo dia mais feliz, certo? O primeiro no dia que eu fui convidado para ser diretor e dentro da minha capacidade profissional eu pude ajudar o clube e o segundo porque ao final dessa carta, eu estarei também, pedindo a minha saída do conselho, certo? Tô antecipando, mas eu queria relatar aqui alguma coisa, algumas coisas importantes a vocês. Eu percebo que o clube está vivendo o momento político, tá certo? Muito triste, onde infelizmente as coisas estão acontecendo como, por exemplo, isso aí o que Renata fez, eu digo que ela fez porque ela não tá errada não, ela tá cumprindo o dever estatutário, tá certo? Mas não tá levando em consideração no meu entendimento uma pessoa que sempre esteve aqui prestando serviços ao clube, tá certo? E que justificou, inclusive, por se tratar de um médico, anestesista, mas enfim... eu queria dizer a vocês que eu estou um pouco triste, tá certo? O clube está passando por um momento muito delicado e esse não é meu objetivo de jeito nenhum de fazer parte desse conselho. Eu quero aqui amigos, eu acho que aqui no clube tá existindo, tá se construindo muito inimizades, tá certo? No mínimo pontos de vistas estão sendo construídos em relação as pessoas e esse não é meu objetivo de vida de jeito nenhum. Jamais. Eu sou um profissional, eu tenho 19 anos no mesmo endereço, com o mesmo CNPJ, tá certo? Onde eu cuido da saúde das pessoas mental e física e eu não posso de forma alguma compactuar com tudo que tá acontecendo aqui, eu tenho aqui que pessoas que me conhecem de infância, conhecem meu caráter, tá certo? E sabem como é que eu conduza minha vida, eu já fui questionado aqui durante esses quatro anos, tenho certeza absoluta, que por uma questão política, três vezes. Uma por conta de panfletos que estavam expostos ali na portaria do Clube, onde todos poderiam pegar, inclusive, fui orientado por um tio meu que advogado e disse Tony se você tivesse errado mesmo assim você estaria certo, porque se você pegasse um saco juntasse todos os panfletos e botasse dentro não existia cartilha nenhuma, tá certo? Que comprovasse que você tava errado, isso foi a primeira coisa. A segunda coisa foi a senhora Sandra Paiva que não está aqui hoje presente, conselheira, que acusou que meu irmão era representante de equipamento de ginástica, tá certo? Meu irmão é uma pessoa que não tem nada a ver com o ramo de exercício físico, muito pelo contrário é uma pessoa idônea, é uma pessoa séria, que Maurício conhece, que Francisco Brandão que já ficou na casa dela em Portugal conhece, tá certo? Tem muita gente conhece aqui, que Paloma conhece, tá certo? E que jamais teria necessidade, inclusive, por uma questão financeira de precisar de vender equipamentos de ginástica, tá certo? Então, hoje, eu tô muito triste porque tive a oportunidade, Marconi, de ouvir aquele áudio, certo. Onde eu trouxe uma carta que eu vou ler para todos os senhores, justificando e explicando exatamente o fato ocorrido para vocês entenderem o que aconteceu, entendeu André? Você, que é uma pessoa que eu conheço, que eu lhe admiro, que tenho todo o respeito, principalmente, por suas colocações, tá certo? Hoje eu vou ter oportunidade aqui nesse conselho de explicar a vocês e depois que eu ler essa carta, eu peço licença vocês e vou ter minha vida de paz, tranquilidade e amor

porque é isso que eu prezo na vida. Eu quero chegar aqui no clube e falar com todos vocês, inclusive, você Chico, certo? Inclusive você porque eu sou uma pessoa que não guardo rancor nenhum porque tenho certeza que o questionamento da subtração dos panfletos partiu de você, mas eu amigo sou muito mais superior do que qualquer coisa ao ponto de amanhã eu chegar e conversar com você e a gente se tornar, não digo amigo, mas que a gente se respeite, certo? Eu quero um respeito de todos vocês aqui porque eu sou uma pessoa que sou pai de três filhos, minha esposa Chico, é a médica, eu não tenho razão nenhuma para ganhar R\$1.000,00, R\$1.500,00, R\$2.000,00, em absolutamente nada em relação a equipamentos. Vou justificar, vou ler a minha carta e depois que eu ler essa carta, que vocês vão entender, eu vou pedir licença vocês e a última coisa que eu peço a vocês é amizade e o respeito porque é só isso que eu quero minha vida. Hoje, hoje Marcone quando eu tava saindo de casa, eu tinha esquecido a minha moto na minha, na minha empresa porque eu tinha resolvido uma série de problemas de manhã e ia pegar, pedir um Uber. Nesse momento, que eu ia pedir um Uber, na frente do meu prédio, tinha algumas lixeiras e tinha um senhor, peço desculpa é porque eu tô um pouco emocionado. Um estava comendo e outro tava catando latinha, eu disse a eles: 'amigos, vocês são iguais a mim. Eu tô indo agora para uma reunião, onde eu vou pedir para sair desse conselho, porque estão me julgando. Eu não mereço isso, porque eu sou uma pessoa honesta, entendeu Marconi? Peço desculpas a vocês, pela emoção, porque eu não mereço isso, porque tudo isso é uma injustiça. Eu vou ler a carta, ou vou pedir alguém que leia, tá certo? Para você entenderem o que o Yacht Clube está passando, desculpe, viu? Marcelo”.

Marcelo: “Nota de esclarecimento: Venho através desta, relatar sobre denúncia infundada que partiu do seu Oton Carvalho, que além de sócio do Clube é proprietário de uma loja de equipamento de ginástica e ex-prestador de serviço para o Yacht Clube na manutenção da academia, cujo contrato fora cancelado. Não só pelo custo mais elevado, como também por questionamentos relacionados a qualidade de serviço prestado. Na tentativa de voltar a prestar o mesmo serviço, o referido senhor tem feito afirmações sob qualquer subsídio técnico visando desqualificar os equipamentos, que previamente avaliado por mim foram adquiridos pelo Yacht Clube e fornecidos pelo atual prestador. Esclareço que o senhor Sheldon da Silva Barbosa, atual responsável pela manutenção da academia, é conhecido no mercado há mais de 20 anos, não apenas por sua idoneidade, boa conduta, como também, pela excelência no desempenho de suas funções profissionais. Com relação aos valores pagos pelas máquinas adquiridas ressalto que os pagamentos não foram realizados diretamente ao vendedor, em virtude de bancários, problemas bancários pessoais, dele vendedor. Desta forma, solicitou que o pagamento fosse efetuado para uma pessoa de confiança dele, quanto minha que presta serviços técnicos de manutenção a ambos. O senhor Anderson, que ficou responsável pelos recebimentos. Também em relação ao contrato de manutenção que o senhor Sheldon presta hoje para academia, os pagamentos são feitos em favor de um funcionário seu, o senhor Guilherme. Todas as tratativas contaram com a participação do atual gerente geral de Esportes, o senhor Luiz Pato, do atual

coordenador de Esportes, o senhor Adriano Araújo e também testemunhada pelo ex-superintendente, Antônio Fernandes, valendo a pena ainda, ressaltar que, essa compra aconteceu de forma urgente, com aprovação do Comodoro e do Vice-Comodoro de Esportes, pela demanda do crescimento expressivo do número de alunos não só na academia, como também no pilates. Naquele momento, os associados cobravam uma rápida solução. É importante destacar que, a academia dispunha de uma única bicicleta, quebrada há muito tempo, por ausência de peças de reparação e que, inclusive, havia sido fornecido pelo senhor Oton Carvalho. Ao tentar adquirir bicicletas novas nos departamentos, com prazo de entrega de 60/90 dias que não atendiam. Hein? Ah desculpe, ao tentar adquirir bicicletas novas, nos deparamos com prazos de entrega de 60 a 90 dias, que não atendiam aos anseios dos sócios. Encontramos então a oportunidade de adquirir bicicletas e também o equipamento de pilates, todos em excelente condição, como novos, com entrega imediata. Enfatizo que, a qualidade e o funcionamento dos equipamentos jamais foram questionados pelos usuários, o montante pago de forma parcelada foi, aproximadamente, 40% menor que o valor de mercado e tal despesa já era previsto no orçamento. Por fim, gostaria de esclarecer que durante os quatro anos de minha gestão busquei sempre defender os interesses do clube e dos sócios, atuando em área técnica para qual tem a formação necessária sempre zelando pelo profissionalismo e ética, da mesma maneira, como tenho feito na minha vida, desde sempre. Me despeço e aproveito para informar o meu desligamento em caráter irrevogável do quadro deste conselho. Desejo boa sorte a todos e torço por um clube mais unido e que de fato, os interesses e vaidades individuais sejam esquecidos, prevalecendo o objetivo único de uma melhor gestão, baseada em ética e boas práticas. Abraço a todos, Tony Granjo”.

Presidente: “Conselheiro Tony Granjo registrará a sua correspondência em ata e agradeço a sua presença no conselho até este momento. Sentiremos a sua falta. Dando prosseguimento a sessão solicito ao presidente da Câmara de Finanças que leia o parecer. Pois não Conselheiro”.

Eduardo Jorge: “Eu gostaria de ter informação, Eduardo Jorge, de ter a informação da data de registro dessa nova alteração estatutária, que os exemplares, que nos foram distribuídos trazem a data do estatuto do anterior sobre presidência do eminente companheiro Jhonny. A partir daí, desse registro é que a norma ia viger, estaria vigendo, até porque eu passei agora a vista sob algumas atribuições da Câmara de Finanças e encontrei um, das suas atribuições, examinar ordinariamente, uma vez por trimestre, balancete, livros e documentos de contabilidade. Essa reforma vai produzir efeitos retroativos. Eu peço só esses dados e o resto fica interior à disposição do plenário para decidir”.

Presidente: “Conselheiro Eduardo Jorge, o vice-presidente me informa que este estatuto, embora com a capa com data de 2014, e até algumas informações, não sei se pela pressa do que ele foi providenciado, mas a ata e a reunião da reforma do estatuto, assembleia geral, está registrada segundo o conselheiro Eduardo, Eduardo Coutinho me informa”.

Coutinho: “Porque sem o registro, ela não poderia ter ido para os outros demais órgãos. Ela foi registrada, eu não tenho aqui, mas posso lhe informar. Não tenha dúvida nenhuma em relação a isso”.

Eduardo Jorge: “A Câmara de Finanças...”

Coutinho: “Com certeza ela foi registrada, não tenha dúvida em relação a isso”.

Presidente: “Com a palavra, conselheiro Eduardo. Essa alteração foi motivada pela solicitação do Comodoro anterior, para nós regularizarmos aquela situação que o clube estava inadimplente, então foi feita a convocação. A GS instalou, o estatuto foi registrado, apenas para efeito de economia, não sei como foi Jorge, que o se adotou o estatuto parte que já estava, que não mudou nada, que são dois ou três itens”.

Voz masculina: “Ô Jorge, se você puder ir lá na secretaria e pegar o estatuto com a data do registro até o final da assembleia a gente dá”.

Eduardo Jorge: “Esse trabalho que eu estou dando, mas inclusive no artigo 87, há uma disposição claríssima. ‘Este estatuto entra em vigor na data da sua aprovação, na assembleia geral, que não é verdade é com registro, revogando-se as disposições anteriores, ou seja, foi derogado o anterior estatuto. Nada impede que, disposições se mantenham na nova redação, mas que houve uma derrogação, houve e por essa razão, nós temos que nortear pela data efetiva de registro”.

Adriano Arishigman: “eu queria te pedir uma cópia desse material que, eu recebi pelo WhatsApp só, não recebi minha casa, nem impresso e nem por e-mail, por WhatsApp, eu tentei ler, acho que recebi até do Comodoro Marcelo Sacramento, do parecer da câmara que, eu suponho que está sendo objeto de votação hoje e eu tenho a questão também que é posta em discussão, na verdade, as contas foram prestadas sobre um Regimento e um regulamento, e sobre esse regimento e esse regulamento elas tem que ser aprovadas. Elas não podem ser submetidas a um Regimento posterior, nem a regimentos feitos posteriores. Sim, de novo, eu tô pedindo, porque como eu sou suplente e não recebi nada, estou com dizia a senhora minha avó, vendendo peixe pelo preço que eu comprei, eu apenas li por WhatsApp a informação, tá? Me parece que tem uma câmara dando um parecer sobre contas que, não existe. cuja subsistência foi posterior. Quer dizer é um entendimento que é posterior apresentação das contas, quando Marcelo não falou isso, ainda brinquei. É a câmara de Nuremberg? Quando foi criada por alguma coisa não me parece coerente você ter um procedimento novo se aplicando o Regimento antigo e eu falo não é por preciosismos, nem nada não. É porque minhas contas, eu era diretor, o meu trabalho está sendo colocado sobre discussão e isso me interessa pessoal e diretamente. Me parece que tem uma inversão da ordem processual, eu não posso está submetido a um Regimento que não existia no momento em que apresentei as contas. De novo, a pergunta do Conselheiro responde a minha, uma vez esclarecida, eventualmente até torna a minha sem efeito”.

Voz masculina: “Eu vou colocar aqui o entendimento, conversei aqui com o presidente, o seguinte o que nós estamos fazendo hoje aqui é o julgamento das contas apresentadas pela antiga gestão. O questionamento que eu tô entendendo aqui é saber se a Câmara de Finanças que, foi criada em

X

assembleia geral, a Câmara de Finanças que, foi criada em 17 de, 17 de junho antes da apresentação das contas, se ela tem legitimidade para emitir parecer? Completamente, claro que sim. Não tem dúvida nenhuma em relação a isso, dúvida nenhuma, dúvida nenhuma, não tem julgamento de Nuremberg, não tem julgamento até que você antecipou que reconhece que, você inclusive pode falar à vontade, mas é impedido até de votar, né? Porque as suas próprias contas como, exatamente, são impedidas de votar porque ele tem interesse nisso, mas é essa câmara, ela tem total legitimidade e foi aprovada as contas. Foram prestadas e a Câmara já estava constituída e não teve mudança nenhuma, nenhuma, se aplica como você bem sabe, advogado de grande nomeada, né? Aos fatos presentes, a conta quando foi exibido aqui já tinha câmara, ela foi. O seu Marcelo Sacramento pediu para fazer parte dela, sem nenhuma ressalva. Faz parte dela, né? E eu acho o seguinte presidente; essa é uma questão que foi feito, foi registrado e eu acho que nós devemos seguir a ordem do dia e passar a palavra ao presidente da câmara para que a gente consiga dar cabo ao objeto da reunião que nós temos aqui”.

Voz feminina: “Inclusive com registro em cartório. Foi registrado em cartório, dia 12 de julho e ele foi, ele foi resolvido para o 17 de junho, em 17 de junho, em Assembleia...”

Coutinho: “Não, isso aí, veja bem. Esse é um questionamento, ai a presidência da câmara do Conselho deve decidir essa questão de ordem, é por competência dele prevista no estatuto, mas adianto minha posição. As contas foram prestadas para serem analisadas pela câmara que já estava constituída e pelo, pelo, pelo, pelo conselho aqui, mais nada, não existe nenhum direito adquirido. Eu prestei minhas contas na minha administração e só posso ser julgado pela, pela, pela, pelo estatuto vigente quando prestei minhas contas, quando fiz minha gestão. Não é quando prestei contas não, é quando eu estive na minha gestão. Ô Marconi, eu posso falar? Não, se vocês me permitirem? Pronto, eu já estou adiantando minha posição, a posição de vocês é essa. Todo mundo já sabe e cabe ao presidente decidir a questão de ordem, mais nada. É uma coisa muito simples, muito simples, muito simples, muito simples não tem absolutamente nada a ver uma coisa, com a outra. Prestou-se as contas, não tem direito adquirido nenhum, o estatuto não prevê nada disso não. As contas de uma administração só podem ser julgadas com a cor do estatuto que vigia ali, não, absolutamente nada, não houve inclusive, não houve modificação nenhuma em relação a isso, em relação, nenhuma em relações, mas senhor presidente, o senhor fica aí a vontade”.

Presidente: “Você quer fazer uso da palavra ainda?”

Adriano: Adriano, isso aí, foi brincadeira dele, mas enfim. Eu gostaria dessa informação. E assim, de novo, reiterando minha posição, me parece que eu estou sujeito ao regramento da época em que, dos atos que pratiquei. Porque se eu pratico um ato de acordo com o regramento, é a ele que estou sujeito. Porque eu preciso saber o que fazer, o que eu posso fazer, e que eu estou fazendo e não para o passado. Agora, se você me diz que as contas foram aprovada depois da existência da câmara, são esclarecimentos, são esclarecimentos, uma vez esclarecida, a questão continua existindo, ou deixa

de existir, ou certamente, eu discordo a uma decisão que eu estou sujeito ao regramento de contas, qualquer, que seja ele, criado, depois das contas prestadas, depois de um fato tenha sido feito”.

Voz masculina: “Além do mais senhor presidente, eu gostaria de chamar atenção de um aspecto. Ao longo da vida do Yacht Clube e o senhor fez parte dessa vida, durante muito tempo nós fizemos as coisas de forma amadorística. Nossa contabilidade era feita a mão, se o resultado não agradava dá sempre para passar uma borracha, mudar o número da coluna A para a coluna B, nós não publicava balanços em lugar nenhum, nós não prestávamos conta em lugar nenhum, Com o prosseguimento da vida do clube fomos tentando cada um de nós, a seu tempo, adicionando um tijolinho ali na parede que, o outro vinha e aumentar o tamanho dessa parede tentando personalizar o clube, até que chegamos a um ponto em que chegamos à conclusão de que finança era coisa séria, durante muito tempo tivemos o privilégio de contar na Câmara de Finanças com gente do quilate de Mário Gordilho e Maurício Stern e outros menos dotados na área de Finanças, mas que se beneficiavam da larga experiência que gente como você, como Maurício, como outros tinham. Ainda assim, chegou um ponto em que nós julgamos que isso também não era suficiente que, era que preciso que você trouxesse a vida do clube outros profissionais, aqueles que possuem o credenciamento legal para poder julgar e decidir ou para poder promulgar uma decisão no sentido de se as contas do clube estariam de acordo com os ditames do Conselho Federal de Contabilidade, se as demais legislações tributárias, etc estavam sendo obedecidas. E isso se conseguiu, obviamente, primeiro através de um contador que está credenciado para definir essas contas obedecem a essas exigências do Conselho Federal e em seguida passamos a contratar, por sugestão deste conselho, diga-se de passagem uma auditoria independente, credenciada, especializada em verificar se as nossas contas obedeciam, não só aos critérios contábeis definidos pelo conselho, como demais legislações e assim estamos fazendo, ano após ano, inclusive, tendo aprovado contas, em dois mandatos e que essas contas deram prejuízo porque isso não é razão para que você não aprova uma conta, esse é o meu segundo. Acho que estamos fazendo aqui uma mixórdia, uma confusão. Li esse relatório que tá muito bem preparado sobre determinado ponto de vista, mas que é muito mais um relatório que examina desempenho, do que adequação e legalidade de contas até porque a nossa Câmara é composta sem nenhum, sem nenhuma intenção, aqui de ofender ninguém, por amadores. Não temos ninguém nessa câmara credenciado para poder bater o martelo e o carimbo e dizer essas contas estão do ponto de vista de sua aprovação ou não, legais ou ilegais, isso é muito mais um relatório que examina desempenho e desempenho nunca foi razão em lugar nenhum do mundo para que uma conta fosse recusada. Desempenho não é razão para não se aprovar conta e nesse momento estamos com um relatório feito por amadores questionando contas que se encontram oficialmente aprovadas pelo conselho independente fiscal, porque ele é independente”.

Presidente: “De amadores”.

Voz masculina: “De amadores, mas ele é independente, pelo menos. Ele não está envolvido politicamente com ninguém e temos para contrabalançar o

amadorismo os profissionais que ali estão, inclusive, porque se essas contas forem aprovadas, esse relatório for aprovado assim, essas contas terão que passar pelo crivo de alguém que seja credenciado para dizer se esta visão, esta nova visão contábil porque é uma nova visão contável, está se modificando a forma de se contabilizar uma série de centro de custo, que vão dar resultados diferentes. Então na minha opinião, isto é simplesmente uma loucura, é comparar banana, com laranja. Desempenho perfeito temos aí o mundo pela frente, tá na mão da nova diretoria com toda a sua competência para fazer a melhor e mais avançada administração financeira que o clube já viu. Torço por isso, ganharemos uns, perderemos nada que, seja ao final a diretoria mais vitoriosa da história do Yacht Clube, mas nesse momento presidente, me perdoe, isso é uma mixórdia vamos deixar o clube numa situação de absoluta fragilidade e baseado em poeira de nuvem. Na minha opinião, eu lhe peço licença para adiantar o meu voto que, eu vou também me retirar. Se for possível, se o senhor me permitir”.

Presidente: “Eu não sei se será válida antes de você conhecer as instruções...”

Marcelo: “Eu recebi e li”.

Presidente: “É Marcelo, mas o voto antecipado não é...”

Marcelo: “Ficará aqui, o meu posicionamento gravado pelo menos, independente do voto, no sentido de que, essas contas estão aprovadas e sejam mantidas aprovadas independente do relatório que hoje foi gerado”.

Presidente: “Ok”.

Marcelo: “Eu lhe agradeço atenção, um boa noite a todos.

Presidente: “ Paulo, Paulo Assis”.

Paulo Shiniashiky: “Boa noite a todos, infelizmente, algumas colocações não são, não são condizentes. Esse relatório não foi feito por amadores, essa visão colocada não corresponde com a realidade, todas as informações foram extraídas do relatório, do parecer do Conselho Fiscal, do parecer da auditoria e dos dados colocados pela contabilidade. Existem alguns fatos que, está sendo acobertados e que nem todo mundo aqui nessa mesa tá sabendo que, tá ocorrendo com o Yacht. Existiu um processo de recuperação, recuperação não, levantamento de depósito judicial referente ao Cofins”.

Presidente: “Conselheiro Paulo, eu lhe pediria que não vamos entrar na, no relatório. Conselheiro Marcelo fez as colocações dele, você já defendeu a posição da câmara. Eu gostaria de passar para que seja feita a leitura do relatório para nós podemos chegar a uma conclusão da reunião. Eu acho o tempo já foi, nós já temos uma hora decorrida de várias abordagens, várias colocações, vários constrangimentos e eu gostaria da gente se fixar no parecer. Valha a câmara ou não, é um grupo, foi um grupo de conselheiros responsáveis que analisaram os dados do balanço e estão oferecendo a sua posição e é isso aqui que nós vamos julgar. Nós não estamos aqui procurando julgar, se foi o contador A, B, C ou D que achou que pode fazer ou que não pode fazer. Nós vamos fazer aqui, um julgamento é político mesmo, com dados técnicos, mas o julgamento político. Então vamos lá doutor”.

Baldomero Gonçalves: “Boa noite a todos. Agradecimentos ao presidente do Conselho e a sua mesa, agradecimento aos membros do Conselho,

agradecimento muito grande aos membros da Câmara de Finanças, porque entenderam que a provocação de datas e a continuidade do trabalho se faziam necessários. Eu vou dar início a leitura do parecer sobre a prestação de contas do exercício 18/19 dos quais todos os senhores receberam. Introdução, a Câmara de Finanças reunidas em 17 do 9 para exarar parecer sobre apresentação de demonstrações financeiras de julho de 2018 a junho de 2019, atende o artigo 44 inciso 2º do Estatuto Social do Yacht Clube da Bahia, com a presença dos conselheiros Baldomero Gonçalves Filho, Paulo Dacach, Paulo Shinyashiki Filho, Marcelo Sacramento de Araújo, Marconi Andraus Oliveira, João Dirdik Brussel, André Sá e Ricardo Castro Lima. Orçado versus realizado, na aprovação do orçamento foi deliberado que os Centros de Resultados - CR deveriam respeitar o limite de 30% do valor aprovado, caso não fosse possível cumprir o orçamento, a diretoria deveria ir ao conselho para tentar aprovar um novo valor. Observamos que o limite de 30% não foi respeitado em alguns centros resultado, chegamos a verificar diferenças de mais de 1.500 por cento, nos centros resultado de alimentos e bebidas. Observamos também, duas distorções relevantes na apresentação: 1- O valor do acordo trabalhista de Antônio Fernandes foi lançado como ajuste patrimonial e não como despesa, como fica evidenciado na ênfase do relatório da Audicont, tal prática heterodoxia, segundo os auditores, disseram não vem lançamento desse tipo em outras instituições. As cortesias do Réveillon foram lançadas como receita no centro e resultados, eventos externos e como despesa no centro resultados da administração esse lançamento inadequado, melhor o resultado do Centro de Resultado de Eventos Externos corrigindo as distorções as contas apresentadas não respeita o limite de 30%, nem o total. Existem na mão dos senhores, dois quadros, eles são comparativos. O quadro do realizado, orçado e realizado e o quadro do realizado e orçado e realizado sugerido. Caixa. O caixa apresentado no final do exercício foi de R\$4.762.000,00, no entanto, percebemos que alguns pagamentos relevantes que impactaram o caixa não foram efetuados, sendo ele: parcela de R\$ 330.000,00, do Décimo Terceiro da folha que, deveria ser pago em junho, conforme acordo coletivo. Parcela de R\$276.000,00 de Antônio Fernandes e dívida de Cofins não paga, de aproximadamente R\$300.000,00. Sobre o Cofins, vale ressaltar que, levantamos, aproximadamente, R\$1.800.000,00 que, entraram como receita e teve enorme impacto no caixa. Caso não tivéssemos levantado esse recurso e fossem pagas todas as obrigações do exercício, terminaríamos o ano fiscal com valor de caixa inferior a despesa mensal do clube, o que não cumpriria o estatuto e levantaria o sinal amarelo em relação a nossa solvência. O demonstrativo tá aqui abaixo também, os lançamentos heterodoxos do acordo de Antônio Fernandes, o não pagamento da dívida de Confins e o levantamento do recurso depositado em juízo de uma ação que está em andamento também impactaram de forma positiva o demonstrativo de resultados. Mesmo com essas distorções, a demonstração apresentou um resultado muito baixo. Em situação trivial teriam a última linha da negativa do demonstrativo de resultado do Yacht Clube só o lançamento do acordo trabalhista com Antônio Fernandes, R\$473.000,00 e o lançamento da despesa do Cofins de R\$300.000,00 já negativaria o resultado em



R\$185.000,00. Se não contasse com levantamento do depósito judicial que está explicado em item desse relatório, a situação seria muito pior. Os quadros estão na mão de senhores. Contratação de serviço de cobrança desvantajoso para o Yacht Clube, ao analisarmos as despesas advocatícias do exercício que nos pareceram muito elevadas, mais de um milhão de reais, percebemos que quase a metade do montante pago, foi a um escritório a título de serviço de cobrança. Percebemos que apesar de pagamento de R\$ 458.000,00, ao longo do ano, nossa inadimplência de curto e longo prazo aumentaram. Diante desse fato, nos aprofundamos no contrato e descobrimos algumas situações que nos pareceu relevantes e estão relacionadas abaixo, o quadro exemplifica a curto e longo prazo a deterioração da cobrança. A forma de remuneração do contrato previa o pagamento de 10% em cima das mensalidades pagas, depois de 60 dias de atraso e que tivesse sido cobrado pelo escritório através de e-mail ou contato telefônico. Acontece que depois de 90 dias de atraso, a diretoria como de praxe bloqueava o acesso do associado inadimplente, sendo assim, muitos associados pagavam para poder acessar a sede do clube, motivo principal pela qual as pessoas se associam a um clube. No final das contas o escritório faturava em cima de associados que, pagavam pelo bloqueio da catraca e não pelo esforço deles. Apesar de ter um contrato vantajoso para o escritório, eles não procuraram a nova diretoria para continuar prestando serviço, a empresa contratada foi fundada em 2013, mas só emitiu a primeira nota fiscal em 2016, as notas fiscais emitidas ao longo da relação foram quase todas sequenciais com raríssimas exceções buscando pelo referido escritório na internet descobriu na redes sociais que ele não apresentavam cobrança no portfólio de serviço. Focando os esforços em postos e serviços de Direito Consumidor. A nossa inadimplência atualmente continua no mesmo nível, de três meses de cortado o serviço. O quadro é altamente explicativo. Alimentos e bebidas. Foi feito um levantamento das mercadorias adquiridas, alimentos e bebidas, no período de 18 a junho de 19 pelo sido detectado que não a compatibilização entre o que foi adquirido e o que foi vendido. Através do Zap do Colibri foram levantados dados referentes as compras efetuadas e as vendas efetivamente realizadas apresentando um resultado bastante discrepante que, se refletem a valores financeiros significativos, na ordem de R\$ 500.000,00. Essa situação aqui apontada requer uma apuração minuciosa, através de auditoria de processo com a finalidade de apurar quais as razões que ensejaram essa discrepância. Agora eu passo uma situação que a gente se deparou e isso apareceu, ao longo do nosso análise das contas, quando nos deparamos que o Yacht Clube ficou insolvente e não pode apresentar as certidões CND, as certidões fiscais para continuar dando continuidade aos trabalhos do clube perante os seus contratos junto ao cobre, junto a esses contratos que a gente fez. Breve contextualização do caso. Conforme descrito minuciosamente no artigo um, relatório circunstanciado trata-se de ação ordinária declaratória”.

Presidente: “Conselheiro, por favor, o seu parecer se conclui. Essas colocações referentes ao assunto do Confins, nós estamos fazendo um levantamento completo inclusive pedi a Câmara Jurídica que, analise o assunto conjuntamente com a Diretoria Jurídica do Clube com todas as informações que foram

levantadas, mas não altera diretamente a forma de fazer e sim o valor efetivamente o valor, como já foi colocado, altera o balanço, o resgate da, do depósito judicial que existia. Então eu pediria que, nós concluamos aí neste ponto com a sua conclusão e o parecer da câmara para eu e seguida colocar em votação. Eu gostaria de colocar em votação, senhores conselheiros item a item. Do que foi colocado pela câmara”.

Baldomero Gonçalves: “Então vamos ao parecer da Câmara, aonde assinaram cinco membro, pela sua reprovação e correção do balanço. São os conselheiros Baldomero Gonçalves, Paulo Dacach, Paulo Shinyashiki, André e Ricardo Castro Lima. Há um voto em contrário, que é conselheiro Marconi, com voto contrário. Esse é o que tem aqui dentro”.

Presidente: “Leia o voto contrário”.

Voz masculina: “Não obstante ter atendido a convocação encaminhada em 12 do nove da reunião da Câmara de Finanças, realizada coisa, tendo como pauta principal discutir e julgar o relatório de prestação de contas relativas ao exercício findo em 30 do seis 19, gostaria a de manifestar e encaminhar meu voto em separado, levando em consideração que a Câmara de Finança não foi demandada como deveria, pela mesa diretora desse conselho. O conjunto dos documentos necessários apreciação de julgamento das contas não foram disponibilizados tempestivamente, o relatório barra ata elaborado em decorrência da referida reunião não traduz, nem caracteriza um parecer com resultado do julgamento objetivo sobre o que, aprovação ou reprovação das contas, diante dessas considerações, eu tomando conhecimento durante essa semana dos documentos finalizados, pela apreciação e julgamento, principalmente, o relatório de auditoria independente e que juntamente com os esclarecimentos fornecido pelo responsável da administração do clube responder às minhas questões e dúvidas sobre as contas apresentadas. Opino e recomendo a aprovação das mesmas, submetendo o meu voto ao egrégio conselho. São cinco votos concordância do voto do Conselheirò Marconi”.

Voz masculina: “Ok. O voto da maioria é pela reprovação das contas e pela reprovação dos balanços com os dados elencado”.

Presidente: “Pois não, Jhonny”.

Jhonny: “Eu quero dizer o seguinte que, com todo o respeito ao presidente da Câmara, eu não reconheço esse parecer da Câmara de Finanças, por vários motivos primeiro motivo. Primeiro motivo, nós nos reunimos, no dia 17 do nove de 2019 e emitimos um parecer da Câmara de Finanças para o conselho que, foi trazido para ser lido no conselho e não foi e nem foi disponibilizado para os conselheiros onde foi assinado por Jhonny Brocell, Baldomero, Tinhachic, Marconi, é mais Ângelo Sá, foram todos assinados. Esse parecer não foi enviado para ninguém, eu acho que jogou no lixo, não sei por que motivo. E esse parecer, eu gostaria que fosse lido que, foi o parecer que a câmara originalmente fez, em posteriormente, como o presidente do conselho, prudentemente adiou a reunião porque faltavam algumas informações para ser complementadas, foi dado 30 dias, só no finalzinho desses 30 dias, agora em 14/10, a câmara chamou de novo os conselheiros, já incluindo dois novos conselheiros, na reunião. Numa reunião que teve 20 pessoas, eu nunca vi uma reunião de câmara desse tamanho, com

X

três diretores, cinco advogados. Foi uma reunião pesada grande, tivemos essa reunião onde a maioria, eu acho que a maioria, não concordou com este parecer que, está saindo aí, tanto é que você não mencionou meu nome. Eu não assinei esse parecer e eu estava na reunião que, quem mais estava na reunião? Que eu não me lembro mais, eram vinte de pessoas na reunião. Esse parecer poderia ser no máximo, uma complementação do parecer exarado originalmente e não novo parecer como se nada tivesse ocorrido. A gente se reuniu e votou para quê? Para jogar no lixo o parecer e não foi para isso. Foi para a gente clarear esses problemas do Cofins que, foi a clareado pelos próprios advogados do clube e eles não disseram isso que, está nesse parecer. Eles disseram apenas que ação não tinha sido concluída e que demandava que a nova diretoria procurasse o advogado que, não procurou, antecipadamente, a nossa reunião para esclarecer o assunto e retirar esse problema de não ter os documentos pela Receita Federal que, a Receita Federal está levantando que o Yacht deve mais de R\$ 300.000,00, eu não me recordo, se for esse valor. O que simplesmente a diretoria tinha que ter feito é depositado os R\$ 300.000,00 porque recolheu dois mil e tantos que estavam lá, o juiz mandou fazer. Esse processo vem de 2013. Passou na mão de cinco comodoros, não é possível que agora vai se dizer que na nova diretoria que teve quatro meses, o problema foi criado o passado. Não foi criado no passado, o problema é do passado e precisava ter sido acompanhado e não foi. Então esse parecer, não concordo com ele e infelizmente, eu gostaria muito de estar do lado, de corrigir as coisas erradas no Yacht, mas infelizmente eu não posso ser falso, eu não posso mentir, eu não posso fazer o que minha consciência não me deixa fazer. Esse parecer que foi lido agora pelo, de novo, com respeito ao presidente, a quem respeito não reflete a verdade. A parte de cobrança também não reflete a verdade que, essa firma de cobrança é falsa, é isso, é aquilo, aquilo outro. Eu, pessoalmente, fui a contabilidade porque eu tenho essa prerrogativa que, muitas pessoas aqui não tem porque não querem, e peguei mais de 3.000 relatórios da firma de compras, mais de 3.000, se vocês quiserem podem mandar buscar lá em cima e botar aqui em cima, com todas as classificações mostrando quem estava devendo o clube e não é dívida de 60 dias não, tinha dívida de um ano, dois anos e seis meses. Então isso também, não é verdadeiro. Eu acho que, não foi examinado esse problema, que não foi nem trazido pra câmara. Esse problema quem tá dizendo é o presidente, ele não trouxe o problema para gente analisar. Eu analisei, particularmente, problema de passagem de mulher, de filho não sei o que, eu também peguei o Cartão Corporativo do Comodoro, não tem uma passagem de ninguém, não é dele não, de ninguém. As passagens do clube todas foram compradas para uma agência de viagem legalmente dentro do, da contabilidade. Não tem nada no Cartão Corporativo. Então se lançou aqui uma porção de histórias que, não são comprovadas, nem me levaram para câmara, ficou de levar para câmara. Por que não levou para câmara para a gente analisar? Por que não levou o problema do contrato para a gente analisar? Já descobriu o contrato, já descobriu a concorrência, já descobriu o relatório, descobriu tudo isso porque não levou para câmara para a gente discutir? É tudo em casa? Esse relatório que, o presidente tá lendo aí, veio de casa já pronto. Pois é, esse

parecer veio pronto de casa, não foi lido na durante a reunião e não foi debatido durante a reunião. Então, eu não vou, sou um só, mas vou votar veemente contra isso que, tá se fazendo com parecer da Câmara de Finança. O resto, eu não vou comentar porque eu não tenho conhecimento para isso”.

Voz masculina: “Mais uma vez aqui, mais uma vez aqui, eu tento ser dentro da minha função e formação, até bem pouco nesse momento, deveria até ser mais parcial, mas tô tentando ser imparcial, mas parece que tem alguns erros aqui de premissa absolutamente inaceitáveis. Primeiro nenhum lugar eu estava presente na reunião, eu sugeri lá da mesa de convidado no dia e a sugestão foi feita no conselho para Marcelo Kruchevsky que, houvesse um limite de orçamento em nenhum momento foi dito que esse limite era por CR ou por linha até porque tem linha de orçamento que, ela, sei lá, coquetel da pesca do campeonato, a linha vai ter R\$ 500,00, se custar R\$1.500,00 teve 200% de estouro. O estouro do orçamento não estava previsto por linha, isso não, não estava eu quero leitura aqui ata, da ata que foi dito aqui que não foi dito por linha, não e não poderia ser. Pronto, pronto. Não. Vamos lá”.

Presidente: “Pessoal, vamos respeitar a palavra do conselheiro”.

Voz masculina: “Isso é a primeira, primeira premissa, a segunda premissa, ele tem duas coisas no relatório do da câmara. Uma, olhe o contrato não é vantajoso, eu não acho que deveria ser um bom contrato não cabe a câmara julgar isso. A câmara tá aqui para julgar se foi feito ou se não foi, gostar das contas não tem nada a ver com julgar as contas, as contas vão ser julgadas. Não estão sendo apreciada, eu gosto não gosto, não cabe. Cabe a diretoria indicada, o Comodoro eleito. Como cabe agora a diretoria fazer suas escolhas. Se boas ou ruins, vão ser decidida na próxima eleição. Ponto. Aí tem uma série de insinuações acerca de um contrato de que, esse contrato seria um contrato pouco ortodoxo ou infundadas, essas eu gostaria muito que fossem claras. Se houver, porque o que está se dizendo aqui é que alguém fez um contrato fraudulento, isso tem que ser dito claramente. E aí, as contas merecem ser reprovada por isso. Então, mas isso não pode ser insinuação, se isso está sendo dito, isso tem que está registrado e as pessoas estão fazendo isso, óbvio, assumir a responsabilidade, inclusive o pessoal por fazê-lo, tá. Gostar das contas, não tem nada a ver, com aprovar as contas. Mais uma vez estou tentando aqui fazer esclarecimento premissas. Muito obrigado”.

Presidente: “Paulo”.

Paulo Shiniashiky: Eu participei de duas, das três reuniões da Câmara de Finanças. Marcelo dividiu em desempenho e contabilidade, a contabilidade pode ser checada e botada em confronto. Quem a fez da outra parte, o trabalho feito por um conselheiro que que é da área de contabilidade esses números todos foram deles. Dele eu endosseí, ainda endosseí por quatro ou cinco informações. Exemplo, houve uma crítica que, se estourou o valor da comissão dos Porteiros que, ele tem tanto por cento. Era 40.000 previsto, passou para 60.000. Isso significa um bom desempenho sobre aquilo que, veio mais convidados e o clube faturou mais, mas o Comodoro presente na reunião de Finanças defendendo outra coisa e o relatório indicou que, nunca existiu no clube a não ser um comentário que, eu fiz há 3 anos atrás que tiveram 80 convites na festa de



Réveillon e tinha um resultado aproximado, de R\$ 15.000,00 e, eu na reunião fiz o seguinte comentário: 'Se teve 80 convites e foi a R\$ 600,00 os convites, tive esse faturamento no Réveillon. Então naquele momento se registrou isso. Agora foram distribuídos 200 convites na festa de Réveillon e o Comodoro, como justificou a portaria, melhorando, botou os convidados, 200 como faturamento do Réveillon. Então o réveillon sai, se você convidar 5.000 pessoas para réveillon e fizesse introdução o clube dar um lucro fantástico virtual é o termo do momento, mas um lucro sem limite então quanto mais você distribuir convite e neste momento Marcelo quis justificar que se fazia em todas as gestões. Não é verdade, eu fiz este comentário tem 3 anos ou 2 anos na gestão dele e os 200 foram agora. Então eu analiso no meu parecer desempenho também. Se está previsto uma negócio de R\$ 200.000,00 de prejuízo, o restaurante passa para 1.200 eu estou dando os números a ordem é essa, de diferença negativa, não houve administração para que melhorasse o prejuízo ao contrário prejuízo se multiplicou por cinco. Então esse desempenho e o meu voto, eu considero desempenho porquê da forma que, foi dito eu não sou contador, nem gosto, pego e analisa o que me mandando, eu não sei nem explicar isso, mas as informações básicas eu sei, se uma coisa é para ser despesa, é despesa outra é investimento, é investimento, eu sei a diferença com referência de investimento, vocês são testemunhas aqui, há quatro anos que eu venho dizendo, bota a relação de investimentos por item e mês a mês codifique para ir dizendo até chegar quando tiver o próximo de furar o orçamento e tudo que se estabeleceu 30 por cento para isso, individualmente e não do total. Então você alerta e pede a licença para estourar a autorização do Conselho, isso não foi feito. Essa relação até a última reunião do conselho antes de se decidir gestão, fiz de novo essa observação aqui todos concordaram e mais urna vez não foi feito. Então, eu vou dar um exemplo prático, tava previsto uma verba de 2 milhões para garagem e 4 milhões de investimento e se investiu R\$3.900.000,00 da garagem se investiu R\$ 200.000,00, o resto foi absorvido pelos outros, pelos outros investimentos estourando em quatro, cinco vezes os valores. Mais investimento de uma dúvida isso ficou certo, quando eles foram na analisar aos contadores agora, eles consideraram 30% de despesas, aí é mais difícil porque a despesa aparece em fatos novos, etc, etc e você botar 30%, individualmente, por despesa um troço muito difícil de se controlar. Mais investimento não, são 17 e 18 item só, não foi feito também, isso há 3 anos. Os 200 do Réveillon e outro e outros centros de custos que estouraram assustadoramente, então está desempenho. Eu considero, o desempenho tem que ser perseguido é para melhorar os resultados e as sugestões que são dadas, pelo menos as que eu me propus a dar, individualmente, dizer que funcionava assim e dava resultados. Não são absorvidas, então não há interesse em reduzir os custos, você pega bar, restaurante, todos, independentes daquela sugestão que, também não foi corrigida dos débitos em centro de custos proporcionais à água e esgoto, etc. Nunca foi feito, toda vez que se dizia que isso faz proporcionalmente aos valores de cavalos de cada setor, etc nesta data, o Comodoro complicou disse então bota um contador em cada lugar do clube, vai, vai quebrar o clube todo, não. Você vai pagar a cozinha a capacidade de cavalos, você reduz para energia o

custo médio cada lugar e o que você não identificar você pega essa diferença e rateia proporcionalmente ao que você identificou de cada custo, não foi feito. Então quem gasta mais energia, mais água, mais tudo para botar na administração que tem um resultado favorável porque a sua receita de mensalidade. Toda orientação que foi dada com experiência passada, testada de centro de custo imputando todos esses valores aproximados dessa forma, sem o aluguel do restaurante e você consegue dar prejuízo. O restaurante apresentei toda minha gestão com o lucro, mas o sistema implantado de distribuição de gratificações sobre resultado, não foi feito. Eu entreguei a Jonhny isso o pronto, de Johnny para cá, não foi feito. Foi dado aleatoriamente dois salários, um salário de forma reta a todos. Então, não funciona, como funciona dado registrado, mês a mês e na época que, eu terminei botei em dólar para servir de referência, depois nada disso foi feito. Muito trabalho é diferente, você pegar controlar os gastos dessa forma negócio permanente até o dia que entenderam que o restaurante dava \$30.000 por mês, é inacreditável. E, aí tem algumas observações, a o número de curvelo a maior na época, etc mas tinha os mesmos concorrentes. Então, diante disso eu endossei. Eu acho que não deva travar mais por isso, pelo desempenho do que o contábil. O contábil a qualquer hora corrigi, é só pegar o contador e botar de junto. Era minha opinião, eu votei e endossei o relatório por isto, mas pelo desempenho e tô dando alguns exemplos, e acho que quem participa de um comitê desse, de uma câmara dessa presente ou não Johnny, foi assinado por uma maioria. Então, isso eu disse a Marcone no dia lá, quando ele deu parecer em separado. O seu parecer tem que ser em separado para o presidente da Câmara, ele considera e sai o parecer da câmara. Agora quando chegar nesta votação aqui, essas pessoas que discordam votam em discordando ou apresenta até outra solução dentro dos estatutos do clube, eu não saio um milímetro. Qualquer coisa que sai do estatuto do clube sou contra, mude o estatuto, agora não fica ajeitando a cada caso o estatuto. A exemplo do caso do médico, se ele vai continuar tendo esse problema que, ele não vai largar a profissão dele, então, se não quer tirar a gente mude o estatuto. Enquanto não mudar, aplica o estatuto. Era só isso”.

Presidente: “Ok, Paulo. Ou Andrezinho, você vai entrar no mérito do assunto ou vai fazer um voto em separado? Porque eu quero dar alguns esclarecimentos ao conselho para conduzir a votação”.

André Sá: “Rapidinho”.

Presidente: “Então, seja rápido por favor e encerra a André, a colocação dos conselheiros”.

André Sá: “Eu só queria fazer um comentário aí. Infelizmente, Marcelo não está aqui, mas eu como um conselho novo, digamos que estou entrando, tenho escutado uma um refrão por parte de uma série de pessoas, falando porque as coisas eram feitas dessa maneira, porque as gestões passadas faziam tal forma e eu tô fazendo da mesma maneira. Então como se fosse uma justificativa, né? Para se manter, os mesmos erros que se faziam no passado. Então tenho escutado isso, uma série de vezes, né? Veio de Marcelo, quando critiquei a questão da estrutura do orçamento, não mais nas gestões passadas fez dessa forma. Marcelo dizendo não por que, quando dá prejuízo a gente só fazia na

verdade riscar, trocar de A pra B. Mas, pelo amor de Deus, a gente tá tentando manter um clube, financeiramente, saudável. Com realmente sustentável, do ponto de vista, né? Para manter ele com serviços diferenciados, como a segurança, uma sustentação financeira que dê de realmente um conforto para todo mundo e viver de uma questão de cultura da casa querer justificar os erros com a questão de gestões passadas, isso não tem um mínimo de cabimento. Então, independente de composição de câmara não, Marcone, entendeu? O que eu tô dizendo, né? Pode ser também, mas precisamos um pouco na verdade essa, essa justificativa de não é do Conselho dizer que era feito assim, que era feito. Então a cultura precisa ser mudada com relação a isso. Só falando do desempenho, o que a gente estava ali olhando, na verdade migrei para a câmara de Finanças, porque tá dentro da minha área de atuação, não é meramente uma questão de desempenho, se na verdade o desempenho atingiu o orçamento de resultado disso aqui, a gente não tá falando disso. A gente está falando de uma coisa muito mais grave, né? Com relação ao uso dos recursos que, é um recurso na verdade coletivo, né? Se você quiser estourar na sua casa o seu orçamento em 500 mil por cento você faz, o que a gente tem na verdade fazer é uma gestão conservadora porque isso aqui é um recurso de todos. Não é o fato na verdade ter uma justificativa como eu escutei de Marcelo, de que a Câmara Social resolveu fazer a festa de verão que, não estava previsto no orçamento. Não tem nada a ver com isso, se não está previsto no orçamento não tem que fazer, se você vai tirar na verdade da do orçamento de natal que, não foi, tá tendo para fazer uma um investimento estourando o orçamento que está previsto no limite de 30%, não pode fazer meu amigo, entendeu? Então, isso não é justificativa porque a Câmara Social achou que ia atender, então a gente tem que ter austeridade, tem que ter responsabilidade com relação aos orçamentos construídos. Ah, porque não houve histórico, tem 4 anos que tá fazendo essa gestão. É obvio que tem como estar vendo isso daí é só você puxar pelo sistema quanto que você gastou no em ação social ou então no restaurante, quer que seja, então o que falta na verdade, é uma gestão mais cuidadosa do orçamento, uma responsabilidade entendendo que isso aqui é uma instituição que tem recurso de todos sendo aplicado. Não é porque não doe no seu bolso, que você na verdade vai fazer um orçamento de maneira elástica, sem, realmente, cuidado”.

Presidente: “Conselheiros algumas colocações do relatório não têm caráter técnico Contábil, mas chama atenção para uma gestão temerosa. André terminou de colocar algumas alterações feitas, gasta mais aqui, menos ali. Sai estourando o orçamento, não. Não pode ser feito desse jeito. Isso é uma gestão temerosos, então uma coisa são os números exatos da contabilidade, a outra coisa é uma caracterização de uma gestão tenebrosa. Sacar os recursos depositados de débito com o Cofins é temeroso, ao fazer isso não temos mais certidão negativa da receita. Então, ou pedimos um parcelamento ou fazemos um depósito e vamos discutir para poder termos uma, uma certidão negativa positiva, então são esses fatos que vão se acumulando e que eu gostaria que o conselho entendesse. E fizesse isso, no sentido de um todo, por exemplo, vamos agora a números exatos de balanço, ali está o pessoal da Audicont? Pronto. A

despesa da indenização do seu Antônio Fernandes não pode e não deve ser lançada na conta aonde ela foi lançada, ela tem que ser despesa efetiva e vou agora colocar em votação aqui, eu vou fazer por parte que, nós vamos fazer as decisões e vamos depois no final julgar as contas como tudo. Aquilo ali foi uma colocação errada, não é, até pode acontecer, mas no clube social, no clube aberto, num clube plural como é o nosso, numa sociedade onde cada um tem um título, não dá para fazer uma coisa dessa. Uma empresa que, você tenha 99%, você faz e azar, mas no caso do Yacht não tem por que lançar isso em ajuste patrimonial, e sim em despesa, porque é uma despesa. Então, ponto 1. Quem estiver favorável a fazer essa alteração no balanço mantenha-se como está. Pois não”.

Eduardo Jorge: “Não me manifestei, mas não posso me furtar. Me permito me posicionar nem a favor, nem contra até que contra eu fosse, eu estaria reconhecendo, entendeu? Eu estava reconhecendo como válido o relatório, como vai a existência do órgão recém-criado mesmo sem ter a informação precisa do registro do competente ato”.

Presidente: “Conselheiro esta colocação que, eu estou fazendo foi feita pela própria auditoria. Ela faz uma ressalva nesse ponto é por isso que eu estou querendo ir de ponto a ponto, porque isso é um assunto que transcende a Câmara de Finanças. Isso é um assunto de alteração efetiva do balanço por contabilização de forma incorreta”.

Voz masculina: “Presidente, por favor eu gostaria de ouvir da Audicom, o que é que ele quis dizer com essa ênfase aqui que ele colocou no parecer da auditoria?”

Joaquim Sampaio: “Boa noite a todos, eu sou Joaquim Sampaio, sou sócio as Audicom e responsável pela elaboração deste relatório, entendeu? Na verdade, como Marcelo Kruchewiskys falou bem, quando ele quis distinguir a gestão das demonstrações contábeis, é, é lamentável que se pensa em reprovar uma demonstração contábil por conta de uma gestão que, foi identificado por informações como Paulo Dacach, ou por alguns questionamentos feitos e que defina que a gestão tem problema que, contratou o Assessoria Jurídica isso merecia um trabalho mais aprofundado até diferente do que é demonstração contábil auditada. Aqui diz, no próprio relatório”.

Presidente: “Seu Joaquim, por favor, a colocação feita ao senhor foi em relação a contabilização deste item. As considerações o senhor já fez no relatório e essas considerações sobre o conselho.

Joaquim interrompe o presidente, ele pede educação.

Joaquim: “A auditoria entendeu que o ajuste de exercício anterior foi contabilizado, nós chamamos atenção assunto que entendemos que pela prática contábil, pela Norma Contábil deveria passar essa conta no resultado, houve explicações da administração que, uma indenização paga é por conta de um tempo trabalhado que, seria penalizar o resultado do exercício findo em junho, se jogasse toda despesa no resultado”.

Presidente: “Se os senhores observarem, fosse identificar, essa pessoa receber uma indenização dos 30 aos 40 anos passados, há 5 anos atrás. Então ela não tá se referindo aos 30 ou 40 anos que, ele trabalhou e sim os últimos 5 anos.

Então ela não tem como ser lançada, a informação que lhe deram, não foi uma informação exata”.

Joaquim: “Veja só, contabilizou com ajuste e a auditoria ressalvou nas demonstrações”.

Presidente: “É exatamente isso que, eu tô colocando em votação. Esclarecido?”

Joaquim: “Deveria ser considerado resultado do exercício e foi considerada...”

Presidente: “Então, em votação o ajuste do balanço para ser feito o lançamento na conta correta. Aqueles que estão favoráveis vai fazer esse ajuste no balanço se mantenham como estão, então está aprovada essa alteração do balanço. Vamos ao outro item, exatamente, o outro item que era a provisão do 13º mês. Um momento, agora no momento não, você não volta no balanço, não volta em nada porque você era membro da Diretoria. Você está impedido de votar pelo estatuto. Você isso...”

Voz masculina ao fundo inaudível.

Presidente: “O senhor era membro de uma diretoria coletiva”.

Voz masculina: “Vote. Eu estou colocando uma questão de ordem senhor presidente. Coloque em votação, me tire o direito de votar não tem problema, mas eu peço que coloque em votação. O senhor decide?”

Presidente: “Eu decido”.

Voz masculina: “O senhor decide. Na interpretação do senhor. Então, só registre, eu estou dizendo que eu, me sinto impedido para votar nas minhas contas, não em qualquer conta”.

Presidente: “Isso é o seu entendimento, mas não é o entendimento da mesa”.

Voz masculina: “Não.”

Presidente: “Vamos ao item do registro da provisão para o 13º mês. O 13º mês deveria ter sido pago no mês de junho, se referia ao semestre passado, não foi pago, nem foi lançado como despesa. Pode colocar.”

Voz masculina: “Em relação ao reconhecimento como despesa desse valor que, se refere ao pagamento de antecipação do 13º, porque é isso que diz o acordo coletivo, em que o Yacht obrigará a antecipar o décimo terceiro até 30 de junho e esse valor é compensado ao final do exercício, quando dá do efetivo pagamento do décimo terceiro. Vale ressaltar que, a mensalmente é feito o reconhecimento já da despesa com 13º salário, então não cabe falar, não cabe reconhecer uma nova despesa com o pagamento da antecipação”.

Presidente: “Então o que você tá dizendo é que foram feitas as provisões mensais correspondentes. Então, impacta a despesa”.

Voz masculina: “Só no caixa da Caixa, o efeito é caixa. Ou seja, eu não paguei...”

Presidente: “Mas você tem que fazer uma provisão de caixa. O mês seguinte já é um outro, uma outra vida do, do...”

Voz masculina: “Contabilmente não se fala de provisão de caixa, você reconhece despesa recorrente de uma obrigação que, a provável saída de caixa. Isso já é feito.”

Presidente: “Então isso, foi feito nesse balanço”.

Voz masculina: “Sim. Você tem o valor do 13º já reconhecida a despesa proporcional até 30 de junho. Então ali, já tá reconhecida a despesa até aquela

data que é devida caso Yacht fosse liquidar todo décimo terceiro dos funcionários. Mais uma vez, o caixa, o efeito que isso vai dar é uma demonstração de fluxo de caixa, mas contabilmente não cabe fazer provisão de caixa. É inadequado”.

Voz masculina: “Eu posso falar doutor?”

Presidente: “Pode”.

Voz masculina: “Esse lançamento do décimo terceiro de junho, só impactou no caixa, foi lançado na contabilidade, mas ficou no contas a pagar como também, uma parte de Antônio Fernandes, foi lançado os 430mil em ajustes e ficou no contas a pagar 275. Então, isso não impacta o resultado, só o caixa. Ok”.

Presidente: “Sim, mais isso deve ser para uma apresentação de posição de caixa, como ele se referiu ao semestre passado, ele deve ser registrado com uma observação no balanço de que o caixa está, ali estão despesas referentes e que não foram pagas ao ano que passou e que não foram pagas que, serão pagas no exercício seguinte. É um registro, é de bom é bom ouvir isso”.

Voz masculina: “O que pode ser feito e aí administração tem total liberdade na nota explicativa que acompanha uma chance financeiras fazer menção na nota que trata de caixa e equivalentes de caixa que, é um recurso que a lista apresentado nas contas bancárias do clube e que é parte daquele recurso vai ser utilizado para quitação do adiantamento do décimo terceiro que, não foi quitado até 30 de junho. Quanto a isso não tem problema nenhum fazer essa menção, mas modificado demonstração financeira, isso não estaria de acordo com a norma e nós como auditores, não podemos emitir opinião sem modificação, é importante”.

Presidente: “Vocês podiam pedir uma nota referente, então a nota seria a outra colocação é colocamos uma nota explicativa dessas despesas que não foram contabilizados, aqueles que tiverem favoráveis essa alteração e essa observação, permaneçam como estão”.

Voz masculina: “A despesa foi contabilizada, não foi paga”.

Voz masculina: “O fato de pagar, independe do reconhecimento da despesa reconheceu”.

Presidente: “Nós queremos o reconhecimento registrado, foi registrado em balanço que aquele valor nota explicativa?”

Voz masculina: “Foi registrado esse resultado”.

Presidente: “Uma nota explicativa não custa nada ser feito para deixar claro o balanço. É isso que nós queremos, nós queremos um balanço claro ok? Referente a essas despesas que não foram efetivamente pagas no exercício e jogaram para o exercício seguinte”

Voz masculina: “Então se tem impacto no caixa, tem interesse aqui na reunião”.

Presidente: “A posição de caixa efetivamente, ela se dá por uma decisão do Conselho e não é estatutária que, o Yacht deve manter em caixa por precaução e uma boa gestão financeira, no mínimo, uma um ou dois meses de mensalidades, ou uma mensalidade. Eu queria três, ai terminou hoje, uma só, mas a ideia seria em torno de seis milhões que o Yacht deve ter por mês de mensalidade quanto Maurício? Dois, se você tivesse 7 milhões você tem três meses tranquilos e dá um colchão de garantia ao Yacht, essa é uma sugestão

que nós fazemos a esta diretoria que, mantenha isso que volte a esse patamar, que dá uma tranquilidade muito grande pro Yacht. Outro item é o problema da do Cofins desse um milhão e 800 que foi retirado, foi lançado em caixa tirou a provisão e a perspectiva de nós ou agora, ou nós botamos de novo depósito para pedir uma nova condicionante junto ao Ministério da Economia ou então, nós vamos ficar sem certidão ou pagamos, ou pedimos um parcelamento, inclusive, já disse, já sugeri Comodoro se pedir esse parcelamento, peça o parcelamento só pelo seu período de gestão porque se você deixar um parcelamento aí de 100 meses, 150 meses, o outro que vier e não pagar, você tem seu CPF lá grudado. Você vai se ferrar. Isso os advogados fiscais todos observam nesse ponto. A até 2 anos eu parcelamento, paga essa zorra ai, esses dois milhões, um milhão e 800, em 30 meses e 20 meses que é seu prazo de Mandato. Então, isso é uma coisa também importante, o que é que vocês estão com uma orientação no sentido de fazer o que é que vai fazer com essa dívida do Cofins, que tá ai caracterizada? Não há dúvida que ela existe. Qual é a posição da auditoria?"

Voz masculina: "Na verdade se você vai de acordo com levantamento a certidão exarada é reconhecida, reconhecia que nós teríamos que provisionar aproximadamente R\$ 300.000,00 no balanço e que o resultado disso hoje, sem discussão reconhecido pelo advogado do clube é de 427043 e 55 e, isso deveria estar provisionado dentro do balanço. Não entendi por que nem Contabilidade, nem Audiconti fizeram esse...."

Voz masculina: " Vou lhe explicar, nós solicitamos aos advogados e pedimos a posição dos processos pendentes, o advogado informou que não tinha nenhum processo que merecesse contabilização, através da informação do advogado não se lançou essa previsão, se hoje decidi abrir a demonstração, correto lançar provisão para essa consciência".

Voz masculina: "Essa é uma só para conhecimento de todos senhores, eu gostaria Baldomero. Senhores conselheiros antes de colocar esse item em votação que, esse caso é mais grave do que vocês pensam. Nós estamos aqui tratando, com licença Baldomero, nós estamos tratando aqui da relação que o Yacht deve ao Cofins, isso é uma coisa. Mas, eu tive o cuidado de ler todo o processo, tirei cópia do processo e a situação é muito mais grave, o que é que acontece, como Jhonny falou, esse processo se inicia em 2003 não tem nada a ver com a gestão de Marcelo Sacramento e esse processo ele segue, contratado um advogado para defender uma tese de que o Yacht clube não era contribuinte do Cofins. Pronto, e isso seguiu, o advogado deveria ter na época, um advogado contratado pouco importa, ter requerido o depósito declarar a suspensão da exigibilidade, não foi feito isso. Esse processo prossegue com esse advogado do Yacht, muito bem, lá pelas plantas é a jurisprudência disso muda ou o juiz determina o julgamento da causa e julga improcedente ação, julgada improcedente a ação, o advogado vem, o advogado contratado não tem nada a ver com gestão de Marcelo Sacramento vou procurar ser rápido e recorre e pede ao juiz para passar depositar, já que perderá. O juiz diz já julguei, não posso mais fazer isso, peça ao tribunal. O advogado vai ao tribunal pede o tribunal não decide aquilo. O Yacht vem pelo mesmo advogado e aí já secundado por Felipe Neto que, era Conselheiro ou não sei a época diretor e Felipe Neto entram e

informa ao juiz da causa lá no tribunal. Olhe seu desembargador nós já fizemos o parcelamento disso aqui e queremos a extinção do processo por perda de objeto, o desembargador homologa, a União recorre faz um agravo regimental e diz não, pode fazer isso, mas eu quero que pague os honorários. Como reconhecimento da improcedência da ação e isso o yacht faz e não existe depósito até então. Muito bem esse processo prossegue e aí o advogado inicialmente contratado renuncia sair do processo, permanece esse processo até 2016, aí agora sim, que é o fato grave na gestão de Marcelo Sacramento do, então Comodoro Marcelo Sacramento e o yacht já tinha perdido a questão, já tinha chega na no processo e diz assim olhe nós fizemos neste período, sem interdição judicial e não sei como é que faz isso na Justiça Federal, depósitos voluntários na Caixa Econômica Federal relativa a esse tributo e o que acontece, como nós já pagamos, nós queremos que isso Felipe Fileto, advogando para o yacht, nós queremos levantar. Não devo mais nada e aí começa uma discussão com a União. Aí chega em 2016 Felipe Fileto é sacado do processo e o yacht constitui um novo advogado, um novo advogado 2016 para pedir o levantamento desses um milhão e 800. O advogado diz o seguinte: com essas palavras, esqueça tudo que tá aí doutor, eu deposei R\$ 1.800.000,00. A União está dizendo eu devo 400 não tem problema nenhum não x menos y e z, me dê meu z e eu levanto isso aí, o advogado foi contratado pelo Yacht, pela gestão de seu Marcelo Sacramento apenas uma viagem, já tinha perdido a questão, para receber o que ele tinha direito, para receber do Yacht e por isso o Yacht pagou R\$ 200.000,00. O que acontece desse processo, o que acontece desse processo? Vai o processo, o advogado diz isso, mas não sei porque o juiz, a juíza disse assim, não, esse débito se existir é outro débito ou seja lá o que for e autorizo o levantamento da totalidade do valor, mas o advogado do Yacht que recebeu os honorários e e fez a petição, ele declara que o Yacht deve 400 e tantos mil reais, aí eu devo esse quatrocentos mil reais, abata do valor e sê números, um milhão e 400 e ele levanta esse valor dessa decisão, com um agravo de instrumento ainda pendente de julgamento, essa decisão ainda não transitada em julgado, o Yacht paga todos os honorários que, seriam por ventura devidos antes do trânsito em julgado e hoje, nós estamos aí. O yacht está em débito reconhecido, dessa questão do Confins. Levantou o dinheiro, colocou no caixa pagou o advogado e ainda está pendente de julgamento, pendente de julgamento uma decisão que pode ser revertida e o yacht possa voltar a depositar aquilo ali. Então é uma coisa grave, e isso, ou pagar é uma coisa gravíssima. Não tem esse negócio assim, pelo menos, da questão de direito, do yacht dever ou não dever. O yacht não deve porque aqui foi reconhecido e transitado em julgado o reconhecimento do próprio Yacht que, ele era contribuinte desse Cofins e o yacht não se enquadravam, naquela, naquela modalidade de isenção ou de não contribuição daquilo. Pronto, é esse que é o fato mais grave, esse pagamento que não tinha sentido nenhum porque ele estava sendo representado de graça com Felipe Fileto. Como é que se contrata advogado para exclusivamente fazer o levantamento andamento do valor que está depositado e se gasta R\$200.000,00, sem nenhuma justificativa para isso. Eu não tenho além do da parte contábil, além da exposição do Clube em relação

a isso é eu nunca vi isso na minha vida e pagou antes de transitar em julgado e o contrato não prevê isso. Então realmente é a situação muito mais grave em relação a esse problema do Cofins”.

Voz masculina: “Arnon por que só agora essa questão está sendo levantada? Eu não vi em nenhuma reunião durante esse tempo todo que, nós frequentamos aqui alguma coisa sobre esse assunto, agora surge isso de uma maneira que”.

Arnon: “A gente exatamente, a câmara a câmara de setembro

Voz masculina: “A gente durante esse tempo todo”.

Arnon: “Ninguém sabia não, esse negócio, levantou-se, pagou. Eu fui ao processo e quando vi, foi isso e trouxe aqui, o processo tá aí, cópia de cabo a rabo, de capa a capa. É essa situação, não foi trazido como novidade não, isso aí é fato”.

Voz masculina: “Coutinho, só uma pergunta. A diretoria jurídica, não se preocupou em levantar, porque foi dito que ia levantar todos os contratos aqui, não se preocupou em fazer isso no primeiro dia? Logo depois disso, não, com relação a esse tema? Caiu o negócio na mão dele e ele tomou essa atitude?”

Voz masculina: “Não, não. Eu não respondo pela diretoria, eu não tenho nada a ver com isso, esse é um assunto da diretoria, é da diretoria lá atrás, nós estamos tratando das contas a atuais de Marcelo prestadas, é só isso que estou falando. Com relação a isso é como eu me posicionei”.

Presidente: “Adriano”.

Adriano: “Algumas coisas também, a título de esclarecimento, CND, Certidão Negativa de Débito, você pode ter uma certidão negativa, que você não deve nada e uma certidão positiva, com efeitos negativos, o depósito judicial, suspende o crédito de faculdade do contribuinte, o juiz não interfere depósito judicial não, eu não peço para depositar, como eu não peço para desistir, eu desisto em alguns momentos. Então vamos lá, o juiz não me autoriza a existência do processo, olha uma carteira aí para não perder, como também não me autoriza a depositar judicialmente tributo, eu posso, eu posso depositar, eu posso garantir com a carta fiança, eu posso pagar, eu tenho uma série de alternativas para poder ter a certidão negativa com efeito de positiva, é o que se faz. Se tinha uma discussão eu não conheço o processo, eu tô repetindo, eu recebi pelo, pelo meu WhatsApp, não recebi nem impresso, eu não recebi nem impresso, pronto, enfim. Ai o que está se questionando aqui é se o Comodoro contratou bem ou mal escritório de advocacia, eu não conheço o contrato, mas de novo, isso não tem nada a ver, salvo se houver uma insinuação, insinuação não, se houver uma expressa declaração de uma coisa temerária, um contrato temerário, um contrato viciado, um vício de consentimento e isso deve ser claro, claro e textual porque assim tem que ser reprovado mesmo, se ele contratou para receber dinheiro está sendo insinuado tem que ser reprovado, tem que ser prostrado, tem que ser tudo, tá? Agora não gosto da contratação que, ele fez. Não compete é isso, gostar das contas não tem nada a ver com aprovar as contas, nada. Diretrizes, tô terminando ainda, quando eu terminar eu entrego microfone e até que se faça outra situação que, eu preciso manifestar eu ficarei calado como tenho ficado, tá? Gostar da diretriz da diretoria não é uma prerrogativa do Conselho o Comodoro foi eleito, como foi eleito o Comodoro

novo, se Comodoro novo quiser colocar piscina rosa, eu acho horrível, mas ele vai colocar piscina rosa. Por quê? Porque foi eleito para isso, se Bolsonaro decidir que vai fechar acordo, paciência, fecha acordo é o que tá está da forma que foi feito, colocado para tomar esse tipo de decisão compete a ele salvo, evidentemente, se acusação for de que existe um vício de consentimento, o contrato é viciado, nesse caso se for viciado tem que ser textual, vocês tem que ser textuais, tá?”

Voz feminina: “Eu queria...”

Coutinho: “Só porque foi eu que falei, eu que fiz o relatório, primeiro o Adriano, você quer brigar contra os fatos, não calma, calma eu ouvi, então você me ouça. Não sou eu que digo que Yacht tem de requerer o depósito, o Yacht requereu no processo o depósito, então não é modalidade coisa e tal, agradeço sua aula aprendo muito, mas não foi eu. Você está brigando com fatos do passado, então é que eu como diz assim, no Brasil até o passado é incerto, eu estou dizendo aqui os fatos do passado, o Yacht requereu, o Yacht requereu a desistência da ação, o Yacht requereu a perda de objeto, isso foi requerido pelo Yacht, não sou eu que estou inventando, e não você tá brigando com os fatos, os fatos são esses. Nenhum, outra coisa eu não disse que há nenhum vício de nada, aqui há um grande equívoco aqui que, eu acho que a gente deve o mais rápido possível que vai valer para o futuro para as próximas administrações de Marcelo, Paulo Dacach tá aqui, nós estamos aqui, eu vou lê o que diz o estatuto compete ao conselho julgar a prestação de contas da diretoria após parecer opinativo, não diz aqui jogar legalidade das contas é julgar as contas e julgar por desempenho, eu não tô dizendo que houve ilegalidade, não. Eu tô dizendo que acho absolutamente desnecessário, porque o Yacht estava representado por advogado sem gasto nenhum e fazer um gasto de R\$200.000 para levantar esse dinheiro e levantar sabendo que, ainda devia e das consequências e o Yacht pagar sem o trânsito em julgado. Isso é errado mesmo e tem de reprovar, reprovar, não eu estou dizendo que houve consentimento, que houve má-fé, que houve, houve má gestão mesmo. E outra coisa quando o pessoal chega aqui, não essas contas do Yacht forem reprovadas, isso vai ter um reflexo. Não pessoal é para eu ver aqui o Yacht é uma sociedade civil, que nós estamos aqui apurando é o seguinte; nós entregamos a João, José, eu não quero fulanizar, seja anifloico para administrar o nosso dinheiro e no dia que ele for saiu ou cada exercício daquele, ele vai ministrei dessa forma, eu acho que você administrou mal, eu vou reprovar sua conta e não é só legalidade não. E outra coisa, é a minha opinião, eu respeito qualquer opinião em contrário, mas é assim quem administra o dinheiro dos outros está obrigado a prestar contas e prestar contas de desempenho também e conicidade de tudo. Então não vejo razão para isso, por exemplo, dizer eu não vou nem entrar, mas no próximo eu vou falar do escritório de cobrança. Então, eu acho o seguinte, nós temos que dizer assim, aqui internamente, a administração esse último exercício que, estão as contas estão sendo apuradas, o senhor o senhor Comodoro da época, administrou mal essas contas não podem ser aprovadas porque ele foi perdulário, porque ele foi incompetente, porque ele foi... Não tô dizendo que ele foi desonesto em hipótese nenhuma que, ele foi nem que ele não foi. Nada disso, absolutamente, quero que fique registrado, o que eu estou dizendo é que ele administrou muito mal,

pelo menos, nisso que está colocado aqui para ser julgado. Então em relação a essa matéria do Cofins eu desaprovo completamente, antecipando meu voto, as contas prestadas.

Presidente: "Amélia".

Maria Amélia Garcez: "Posso falar? Rapidinho, eu queria, inclusive falar, não para contestar você, mas para esclarecer de que não realmente não tá se tratando de dizer que se pagou com uma fé, mas na realidade é que você pagou mal, que se contratou equivocadamente porque na realidade foi pago os honorários a um advogado, eu realmente deveria até me habilitado para ser advogada, até antes de ser conselheira do Yacht, e eu fui, (risos) pois é, pois é. O que aconteceu e eu sei disso porque sei da sua competência queridíssimo colega que, o advogado recebeu honorários de um levantamento feito inclusive o levantamento total deixando em descoberto uma dívida que, ele mesmo reconheceu com uma dívida indevida. Eu acho que, esse levantamento poderia ter sido feito deixando depositado o valor incontroverso que o Yacht admitia como devedor e não levantar quantia total e muito menos se pagar os honorários R\$ 200.000,00. Quanto ao problema de se achar o contrato, eu tenho ajudado um pouco a diretoria e tem vários contratos na área jurídica que, não se achou que, nós estamos buscando, certo? Para tomar conhecimento essa nova diretoria, então apenas não se teve conhecimento prévio desse contrato, só se teve quando venceu a certidão negativa e se precisou verificar a razão pela qual é não se pode mais obter a certidão negativa, só para isso".

Voz masculina: "Mário, eu pediria que fosse corrigido balanço com esse item, ok?"

Mário: "Pergunto aí os autores? Leva lá o microfone".

Voz masculina: "Alô, os auditores não tinham informação do jurídico sobre esse problema, levantado isso se existe a dívida deveria estar provisionado no balanço".

Presidente: "Ok? Então colocar em votação o posicionamento do balanço das dívidas com o Cofins. Só um momento Paulo. Aqueles que forem favoráveis a alteração do balanço, mantenham-se como estão. Você não vota. Aprovado".

Adriano: "Não é que o Yacht reconhece não gente. O que está dito na petição é que está se discutindo uma diferença. A União diz que a gente deve 400, eu digo que não devo nada, não quero discutir com a União e a juíza diz, libero 800 e eu digo libero tudo, o que está dito na petição, na parte final da petição não é que eu reconheço 400 não, é que eu não, estou pedindo a liberação do incontroverso mantendo depositado o controvertido que, eu acho até muito prudente, porque se tem, se tem uma discussão com a União por mais que existam alegação de prescrição do processo que, é o que me parece existir.

Coutinho: "Você continua brigando com os fatos Adriano".

Adriano: "Não tô brigando com os fatos não".

Coutinho: "Você tá brigando com o passado. São várias petições".

Maria Amélia Garcez: "Com licença, Adriano, oh, abater o valor de 427.043,55, caixa que corresponde ao total de débito existentes em nome do requerente perante a receita e PGFN, sim. Eu reconheço que, mas tem que ficar depositado".

Presidente: "Ok? Agora vamos".

Paulo Shiniashyki: "Eu queria só fazer um destaque, em cima disso, tem um outro agravante, é que como esse valor deveria aqui pela própria petição do advogado que, está no processo a página 1.183 a 1.088. Quando ele, próprio advogado, declara, declara esse débito. O valor dos honorários não poderia ter sido pago a ele pelo valor de um milhão e 800, dessa forma, foi pago 64.000 a mais e esse valor deveria voltar, porque valor foi pago irregularmente. E tem um outro item que, agrava mais ainda é que no próprio contrato de prestação de serviço dele que, ele diz que, essa situação seria num trânsito em julgado e o caso desse levantamento não transitou em julgado, é só isso".

Presidente: "Conselheiro Paulo, a diretoria nos solicitou ao conselho, a presidência do conselho, uma análise desse assunto COFINS que, eu estou encaminhando a Câmara Jurídica para fazer uma análise e vou pedir a Amélia que o faça para nós colocarmos na próxima reunião do Conselho, que se dará no dia 28. Então, aí como é uma reunião ordinária, esse entra no item o que ocorrer e nós vamos sair julgar esse assunto especificamente nas outras nuances todos independentes dos lançamentos contábeis. Eu vou passar a palavra ao vice-presidente Coutinho para ele conduzir a proposta em relação a aprovação das contas ou não".

Coutinho: "Senhor presidente, eu acho o que nós temos que fazer agora é votar a conclusão do parecer e queria esclarecer aqui, rapidamente, uma posição aqui para o que Johnny falou. Johnny, não existe o parecer da primeira reunião é uma coisa muito simples, o Regimento do Conselho, ele estabelece o seguinte: É rápido. Não, não, é rápido. As câmaras constritivas somente poderão emitir parecer com assinatura da maioria dos seus membros. Não houve, não houve por que, inclusive, Marcelo é um parecer completamente nulo porque, eu não sei como, uma pessoa que tem".

Coutinho: Johnny, veja bem, esse, esse parecer, ele não foi aqui referendado, porque na reunião, o presidente disse aqui, sem a oposição de ninguém Johnny, que esse parecer não seria levado em conta e que outro deveria ser feito e que foi feito. É isso, é isso, então o que eu encaminho é exatamente, diante de tudo isso, e considerando cada um que pode ou não levar em consideração, como Paulo Dacach disse o desempenho e os gastos desnecessários. É, e os equívocos já apontados aqui pela auditoria, né? De que se nós devemos, ou não aprovar as contas com está no parecer. Pela reprovação das contas com o balanço, eu acho que o encaminhamento é só esse senhor presidente".

Presidente: "Então, encaminhado do assunto, coloco em votação. Aqueles que forem favoráveis a aprovação do balanço, se levantem. Com abstenção do conselheiro Eduardo Jorge. A aprovação do balanço e das contas".

Voz masculina: "1, 2,3,4, 5,6. 6. Então, vamos votar nominal, os votos?"

Presidente: "Não. Então, pela posição de 6 votos favoráveis a aprovação, todo o resto do Conselho é contrário à aprovação, hein?"

Coutinho: "Eu estou anotando os nomes aqui, por favor. Eu estou anotando os nomes, Marcone, Milton Tosto, Carlos Luz, Arnon de Mello, Fred Abud, Jorge Abud, Arnon Barbosa, Fred Pita Lima e César Rêgo.

Presidente: "Então as contas foram rejeitadas, agradeço a presença de todos".

Voz masculina: "Microfone por favor".

Presidente: "Este item tá vencido, não vai mais a julgamento porque já foi votado Conselho, hein? Essa é uma ação que, a Comodoria vai solicitar ao conselho para fazer uma auditoria de processo, certamente, nas contas do Yacht".

Voz masculina: "Mas foi sugerido".

Presidente: "É, mas eu gostaria que a diretoria se reportasse ao conselho, solicitando com argumentos para que seja feita essa auditoria. Independente do parecer".

Voz masculina: "Tem que mandar a diretoria a contratação de uma, de uma auditoria de processo, né?".

Presidente: "Se você acha que as contas, tá tudo arrumado, você não pede, toca daqui para frente e esquece o passado. Agora você vai encontrar problemas, eu acho que você deveria pedir, mas..."

Voz masculina: "Deve avaliar..."

Presidente: "Cabe sim, mas se você deve estar encontrando problemas na gestão que, fazem com que você volte a fazer análise, tipo bar e restaurante e outras coisas mais que estão sendo ventiladas. Então Marcelo, eu acho que vocês têm que pedir".

Coutinho: "Uma questão aqui, nós votamos aqui uma análise de vários conselheiros que, ele recomenda que se faça uma auditoria de processo. Então se tá recomentando por alguns conselheiros, auditoria de processo, eu acho que deve ser colocado se vai manter essa solicitação ou não e não da diretoria. A cargo do conselho, outra coisa que eu gostaria de comentar aqui, uma canção, Dr. Eduardo expressou muito bem que pode ter, devido a data da aprovação do da GO, do registro que, a Câmara de Finanças perdeu não tendo, mas entenda o seguinte; não teria competência. Admitindo ou não essa competência, vários conselheiros, como nós, como eu fui também, tive o cuidado e contratei outras ações que, entendam que foi uma gestão não condizente com o estatuto que, por exemplo, a sauna, estatutária, obra acima de R\$ 200.000,00 não passou pela Câmara de Engenharia, isso também não foi feito. Então são várias outras coisas que, eu tive também oportunidade. Então entendo que, mesmo que a câmara peça a validade, vários conselheiros levantaram isso e é proposição do Conselho. Sim, então nós aqui estamos entendendo que os levantamentos, independentes, de ser Câmara de Finanças ou não, foi feito por tantos conselheiros e que, esses Conselheiro chegaram aqui e expressaram as inconsistências, as formas de não gestão, que não agradaram as contas que, eu to reprovando. É isso que eu tinha a dizer".

Eduardo Jorge: "Vossa excelência acena, com uma providência saudável. O conselho fiscal foi ouvido? Sim, e por que não rejeitaram o parecer do Conselho Fiscal? Aí seria o certo".

Presidente: "Questão de ordem".

Coutinho: "Isso daí é intuitivo, se o parecer optar pela aprovação das contas e o conselho deliberativo está reprovando, não, me permita uma colocação?".

Eduardo Jorge: "Tinha que haver um questionamento específico, me perdoe. Só para ficar tudo no correto.

Coutinho: "Vamos ler o parecer do conselho fiscal".

Eduardo Jorge: “Não, não, não. Se ele for reapresentado e se for recusado e rejeitado, perde o efeito”.

Beto: “Perfeitamente, vamos ler o parecer do conselho fiscal. Conselheiro foi uma falha aqui da mesa, me desculpe, falha minha. Que não li, por inexperiência”.

Voz masculina: “Isso foi lido na reunião passada Beto”.

Beto: “Então, foi lido na sessão passada doutor. Foi lido. Desculpe então, não perdemos a validade de nada”.

Presidente: “Oh, amigo agradeço a presença de todos e encerro a reunião.”



Mario de Paula Guimarães Gordilho
Presidente do Conselho Deliberativo



Paulo Roberto Brugni Nunes
Secretário do Conselho